

# DNA da reparação

Página Central

Mulheres pacientes de hanseníase, isoladas em hospitais-colônia como o de Itapuã, até hoje desconhecem o paradeiro de seus filhos

“É um serviço prestado à comunidade na busca do resgate dessas famílias, assim como uma tentativa de minimizar a dívida social do país para com essas pessoas.” Assim o coordenador do Instituto Nacio-

nal de Genética Médica de Populações, Roberto Giugliani, resume o objetivo do trabalho de análise de exames de DNA que sua equipe vem realizando a fim de resgatar laços familiares interrompidos

pela internação compulsória de pacientes hansenianos. A iniciativa, batizada de Projeto Reencontro, ocorre por meio de um protocolo de cooperação com o Movimento de Reintegração das Pessoas

Atingidas pela Hanseníase. Projetos como esse trazem a público erros irreparáveis da política brasileira. Os depoimentos colhidos pela reportagem revelam parte dos efeitos dessa omissão histórica.

## Curso de música para alunos de escolas públicas



Com aulas em grupo e disciplinas como a de Prática Musical Coletiva, que permitem experimentar diferentes instrumentos musicais, o Curso de Extensão em Música para Alunos de Escolas Públicas (Cemep) aposta na diversidade de estratégias para atrair crianças e adolescentes para a área musical. Luciana Prass, coordenadora da atividade, diz que a UFRGS estava em dívida com o sistema de cotas implantado na Universidade em 2007, uma vez que a prova específica acabava eliminando a

maioria dos candidatos da classe popular. As atividades são realizadas aos sábados pela manhã no Instituto de Artes e têm por objetivo alfabetizar musicalmente o candidato à graduação em Música. Josué Santos Farias, estudante de graduação e um dos seis professores-bolsistas encarregados de ministrar as aulas, considera que o Cemep representa uma boa oportunidade para aqueles que não têm uma experiência musical mais consistente e querem fazer vestibular para a área. **P13**

MALVINAS 30 ANOS

### Disputa que levou Argentina à guerra continua sem solução

PESQUISA NA ANTÁRTICA

### Revedo conceitos

Conforme Jefferson Cardia Simões e Francisco Eliseu Aquino, pesquisadores do Centro Polar e Climático, cerca de 60% dos 33 projetos de pesquisa não foram afetados diretamente pelo incêndio que destruiu a Estação Comandante Ferraz. À frente do módulo científico Criosfera I, os cientistas defendem que o Programa Antártico Brasileiro tem agora a oportunidade de redefinir metas, considerando a vocação científica e a capacidade orçamentária para cada grupo de pesquisa no continente gelado. **P11**

TELEFONIA 4G

### Sistema gera debate

Tramita desde o ano passado na Câmara dos Vereadores de Porto Alegre um Projeto de Lei que prevê alterações na atual legislação sobre a instalação de Estações de Rádio-Base (ERBs) para telefonia celular pelo sistema 4G. Em discussão na Comissão da Copa, o projeto propõe, entre outras coisas, a eliminação da exigência de licenciamento ambiental. No entanto, especialistas como o professor Alvaro Salles argumentam que a tecnologia não deve ser melhorada sem levar em conta seus efeitos nocivos. **P5**

INTERNACIONALIZAÇÃO

### Instituto Confúcio promove cultura e língua chinesas

**P7**

**Percurso do Artista**  
Projeto destaca a trajetória de Flávio Gonçalves **P12**

**História**  
Documentos do Judiciário pertencem à sociedade **P4**



**P10**



## Espaço da Reitoria

Carlos Alexandre Netto  
Reitor

# Universidade de classe mundial

A relevância das ações acadêmicas e de interação com a sociedade e a visibilidade internacional são pontos de constante reflexão, e dois recentes eventos merecem aqui um comentário.

A UFRGS integrou, na primeira semana de março, a missão do Estado junto à Conferência Global de Tecnologia de Informação e Comunicação (CeBIT-2012), realizada em Hannover, Alemanha. Este grandioso evento que expõe as fronteiras tecnológicas do setor teve o Brasil como país convidado e contou com importante delegação de empresas públicas e privadas, e a presença de presidente Dilma Rousseff. Dois estados da Federação estiveram representados, Bahia e Rio Grande do Sul, sendo a UFRGS a única Universidade com uma delegação estruturada. No seminário Oportunidades de Negócios, organizado pela Agência de Desenvolvimento (AGDI), e a FIERGS, coube à UFRGS apresentar a capacidade de formação de pessoas e de pesquisa e inovação do conjunto das instituições gaúchas. Além dos importantes

contatos realizados, merece destaque a interação com diversas instâncias estaduais, como a Secretaria de Ciência e Tecnologia, a FAPERGS e a AGDI, os Parques Tecnológicos e o setor empresarial, numa articulação que inclui a academia num dos setores produtivos mais pujantes da economia.

Também coube à UFRGS, em conjunto com a Universidade de São Paulo (USP) representar o país no encontro “Educação e Crescimento Econômico para uma Sociedade mais Equânime: América Latina e Caribe”, realizado na Universidade de Georgetown, em Washington, e promovido pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos. Com a participação de instituições de dezoito países da região e painéis com contribuições de ministros de estado, autoridades políticas e reitores de universidades americanas, um dos pontos muito debatidos foi a internacionalização da educação superior e a construção de uma cidadania global. O programa Ciência Sem Fronteiras recebeu boa atenção, assim

como o “100.000 Strong in the Americas”, programa de prevê cem mil estudantes norte-americanos em mobilidade para instituições latino-americanas e outros cem mil latino-americanos em instituições norte-americanas. O que significa um novo horizonte de possibilidades para a internacionalização das universidades brasileiras e reforça a posição da UFRGS como uma das melhores instituições do país e do continente.

A excelência da formação em graduação e pós-graduação, o impacto e a relevância da pesquisa, a capacidade de inovação e a forte inserção e interação com a sociedade fazem da UFRGS uma Universidade de Classe Mundial. Universidade com o maior número de estudantes bolsistas no Programa Ciência Sem Fronteiras e que tem o reconhecimento da própria sociedade e dos vários indicadores e rankings internacionais, bem como de instituições de ensino e pesquisa internacionais. É o sucesso do projeto institucional de expansão acadêmica com qualidade e inserção social.

**UFRGS**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
Av. Paulo Gama, 110 - Bairro Farnoupiha, Porto Alegre - RS | CEP 91046-900  
Fones: (51) 3308-7000 | www.ufrgs.br

**Reitor**  
Carlos Alexandre Netto  
**Vice-reitor**  
Rui Vicente Oppermann  
**Chefe de Gabinete**  
João Roberto Braga de Mello  
**Secretário de Comunicação Social**  
Flávio Porcello

JORNAL DA UNIVERSIDADE  
Publicação mensal da Secretaria de Comunicação Social da UFRGS  
Fones: (51) 3308-3368 / 3308-3497

**Conselho Editorial**  
Cassiano Kuchembocker Rosing, Cesar Zan Vasconcellos, Daltro José Nunes, Edison Luiz Lindner, Fernando Cotanda, Flávio Porcello, Maria Heloisa Lenz, Maria Henriqueta Luce Kruse, Ricardo Schneiders e Rudimar Baldissara  
**Editora**  
Ánia Chala  
**Repórteres**  
Caroline da Silva, Everton Cardoso e Jacira Cabral da Silveira  
**Projeto gráfico**  
Juliano Bruni Pereira  
**Diagramação**  
Kleiton Semensatto da Costa  
**Fotografia**  
Flávio Dutra e Cadinho Andrade  
**Revisão**  
Antônio Falcetta  
**Bolsistas**  
Bibiana Guaraldi, Priscila Kichter Pacheco (jornalismo)  
**Ilustrações**  
Anna Jonko (NIQ) e Gustavo Assarian (Secom)  
**Circulação**  
Márcia Fumagalli  
**Fotofitos e impressão**  
Gráfica da UFRGS  
Tiragem 12 mil exemplares

## Memória da UFRGS

# 1972

A antiga sala de periódicos da biblioteca do Instituto de Física, à época situado no Câmpus Centro. No mês em que a Biblioteca Central da Universidade reabre suas portas, depois de um período de reformas, é interessante verificar a mudança nesses ambientes de pesquisa e leitura, que hoje têm a preocupação de oferecer maior conforto aos usuários.



ACERVO LUME / UFRGS

## Nota da redação

A partir desta edição, o JU passa a contar com um novo site no portal da UFRGS na internet. Agora, acessando o ícone no canto direito do portal, é possível ler a edição atual e as edições anteriores. Desde o mês passado, o Jornal também ganhou uma nova página no Facebook. Acesse <https://www.facebook.com/jornaluniversidade> e curta a nossa página na rede social.

## Mudança de endereço

Os servidores que desejarem ter seus endereços alterados para recebimento de correspondências da UFRGS, como o Jornal da Universidade e o contracheque, devem dirigir-se à Divisão de Cadastro e Registro da Pró-reitoria de Gestão de Pessoas (Av. Paulo Gama, 110 - 4.º andar). Mais informações pelo telefone 3308-3045.

## Artigo

# Experimentação animal - referências históricas

Ao longo de décadas, a utilização de animais em pesquisas científicas tem contribuído sobremaneira para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia na descoberta de medidas profiláticas e terapêuticas no tratamento dos seres humanos.

Nos últimos 20 anos, temos observado transformações significativas na pesquisa com animais e com seres humanos. Se nos transportarmos no tempo, lembraremos que há duas décadas não se falava em Comitê de Ética em Pesquisa e muito menos em Comitê de Ética no Uso de Animais.

Dentre as referências históricas, poderíamos destacar o fisiologista Claude Bernard, que em 1865 estabeleceu a prática do uso de animais na chamada medicina experimental. Muitas escolas médicas utilizavam o cão como animal de experimentação no treinamento cirúrgico no curso de graduação, na disciplina de Técnica Operatória. Já na pesquisa, as instituições de ensino superior realizavam experimentos com cobaias – ratos e camundongos – de maneira indiscriminada, sem critérios específicos. Sabe-se que o camundongo está relacionado à história da humanidade há mais de quatro séculos. Mesmo com o surgimento de métodos alternativos (estudos *in vitro*, cultura de células), a utilização de animais em experimentação apresenta como uma das principais vantagens a resposta do organismo a um fato novo, o que não é conseguido com outros métodos. Alternativas diagnósticas, bem como a cura de muitas doenças, devem-se à experimentação animal.

No século XVIII, cães e coelhos eram estudados para o tratamento da raiva. Nas duas primeiras décadas do século XX, as vacas foram muito úteis

para o tratamento da varíola e em estudos sobre a patogenia da tuberculose. Entre a segunda e a quarta décadas, cães fizeram parte da pesquisa para o desenvolvimento de técnicas de cateterismo cardíaco, bem como para o estudo do eletrocardiograma. Foi no início da década de 1940 que os ratos começaram a ser empregados para o estudo do efeito terapêutico da penicilina em infecções bacterianas. Na década de 1950, através de pesquisas com macacos, descobriu-se o fator Rh do sangue e a vacina contra a febre amarela. No final dessa década, ratos voltaram a ser usados no estudo que culminou na descoberta do DNA, bem como no desenvolvimento de fármacos antidepressivos. Já o camundongo, nesse mesmo tempo, foi utilizado em pesquisas para a interpretação do código genético e a descoberta do seu papel na síntese de proteínas. Nas décadas de 1980 e 1990, ratos e camundongos foram essenciais para o desenvolvimento de anticorpos monoclonais e da terapia gênica.

Em 1996, a Resolução do Conselho Nacional de Saúde n.º 196/96 começou a disciplinar a pesquisa com humanos no Brasil e, doze anos depois, por meio da Lei n.º 11.794/2008 e do Decreto n.º 6.899/2009, foi regulamentado o uso de animais em pesquisas no país.

O pesquisador que trabalha com animais de laboratório para experimentação deve ter responsabilidade, respeito e conhecimento daquilo que está se propondo a fazer, pois esses seres também são dotados de memória, seja ela dolorosa ou não. A pesquisa com animais no século XXI deve estar voltada para a melhoria da saúde humana e animal, respeitando-se os preceitos éticos e técnicos.

A seleção do “melhor animal” para um projeto de pesquisa ou uma aula de graduação ou de pós-graduação deve ser bem planejada e embasada na literatura. Além disso, o cálculo amostral é um dado muito importante, pois não devemos realizar procedimentos num número elevado de animais, quando, para aquilo que o pesquisador deseja demonstrar, estatisticamente uma quantidade menor de animais traria o mesmo resultado.

O Biotério Central da Universidade (CREAL), situado no Câmpus do Vale, foi idealizado e concebido para fazer frente às demandas científicas do corpo docente e de pesquisadores da nossa instituição, inovando no sistema mecanizado de criação e experimentação com animais de laboratório por meio dos chamados “IVCs” (Sistema de Estantes Ventiladas).

O sistema de estantes ventiladas permite o fácil acesso às gaiolas dos animais, facilitando tanto o manuseio daqueles alojados no setor de criação como dos que são mantidos no setor de experimentação, reduzindo o estresse inerente à contenção. A presença de filtros biológicos de grande área proporciona menor risco de contaminação dos animais, em caso de queda de energia elétrica no sistema de ventilação, preservando o status sanitário. O sistema atua em modo positivo e negativo, mantendo a biocontenção e a bioexclusão, garantindo higidez aos animais e melhor condição ambiental nas caixas e nas salas de alojamento. A circulação de ar é individual em cada gaiola, o que permite o alojamento de animais com diferentes procedências sem o risco de contaminação cruzada no sistema. O sistema consome baixa energia elétrica, permite programar o número de trocas de

ar necessárias para cada estante ventilada e possibilita o monitoramento remoto. A composição do material das estantes ventiladas apresenta alta durabilidade, o que reduz o custo na reposição dos itens de consumo.

O *air shower* (cabine com chuveiro de ar) remove mecanicamente 95% das partículas residuais e potencialmente contaminadas (barreira sanitária), permitindo o acesso prático e rápido de técnicos e pesquisadores às “áreas limpas”, isolando dois ambientes com diferentes níveis de contaminação.

A higienização é feita sem o emprego de água, o que reduz o impacto ambiental gerado pela adição de produtos utilizados em limpeza, bem como reduz a possibilidade de o operador carrear odores às salas de alojamento, reduzindo o estresse transferido aos animais durante a manipulação.

O sistema gera a redução de custos por economizar água, energia e tempo. O tempo médio para um indivíduo fazer a higienização com banho de água aquecida é de 10 min; com *air shower* é de apenas 3 min.

Por fim, a busca incansável de novas tecnologias que promovam o bem-estar animal é um aspecto muito relevante na otimização de experimentos biológicos. Cabe aqui destacar que ratos e camundongos são os vertebrados mais usados em pesquisas científicas atualmente. Muitos outros animais ainda são utilizados em pesquisa na busca da cura de doenças e no desenvolvimento de novos produtos, como vacinas e medicamentos.

**Prof. Geraldo Pereira Jotz**  
Professor Associado do Departamento de Ciências Morfológicas da UFRGS, diretor do CREAL



# Foco nas ideias internacionais

**Fronteiras do Pensamento Conferências trazem à Universidade personalidades mundiais**

Desde 2006, o Salão de Atos da UFRGS tem sido palco de encontros com artistas, intelectuais, pensadores e cientistas de reconhecimento internacional que vêm a Porto Alegre palestrar no Fronteiras do Pensamento. É, segundo o ponto de vista da consultora empresarial Maria Beatriz Monteiro, participante de todas as seis edições realizadas até hoje e também da que vai acontecer neste ano, uma possibilidade de “contato com pessoas renomadas dos mais diferentes países, culturas, etnias e áreas do conhecimento voltado para um público amplo”. Para ela, essa iniciativa – “inédita, inovadora e visionária” – lhe colocou ao alcance “mundos” que até então nunca havia imaginado presenciar. O desembargador aposentado e poeta Carlos Saldanha Legendre, também participante das edições anteriores do projeto, faz coro aos elogios de Maria Beatriz: “Somos um estado privilegiado por escutar pensadores das mais diversas áreas.” De acordo com ele, uma das presenças mais marcantes no Fronteiras foi a do cientista brasileiro Miguel Nicolelis, em julho de 2011. Legendre destaca o amor pela ciência e a entrega social do pesquisador como o que mais empolgou a plateia. O neurocientista pretende que, na Copa de 2014, no Brasil, o pontapé inicial seja dado por um paraplégico ou tetraplégico recuperado por tecnologias desenvolvidas a partir dos experimentos por ele conduzidos. Maria Beatriz é menos econômica em sua lista de conferencistas que a marcaram: Luc



Em seu sétimo ano de atividades, o projeto segue atraindo um grande número de participantes ao Salão de Atos

Ferry, Donald Schüller, Mark Dery, Gerald Thomas, Ayaan Hirsi Ali, Moacyr Scliar e Sandra Pesavento. Outro momento destacado por ela foi, em junho de 2010, a teleconferência holográfica com Raymond Kurzweil, cuja imagem tridimensional surgiu no palco do Salão de Atos em tamanho e tempo reais, mesmo estando o palestrante em um estúdio em Los Angeles.

Na edição deste ano, ciclo de conferências novamente trará à capital personalidades internacionais. De acordo com o curador acadêmico do ciclo, Donald Schüller, a proposta é apresentar reflexões sobre a sociedade a partir de diferentes áreas. Entre os nomes confirmados estão a cientista britânica Susan Greenfield, que estuda doenças como Alzheimer e Parkinson; o escritor moçambicano Mia Couto; Enrique Peñalosa, ex-prefeito de Bogotá responsável por modificações urbanísticas significativas na capital colombiana;

o filósofo inglês Simon Blackburn, que pretende libertar a filosofia da especialização; o arquiteto britânico Cameron Sinclair, que tem proposto soluções para que as pessoas se sintam abrigadas e prestigiadas no lugar em que residem e com os meios que têm; e a pensadora indiana Vandana Shiva, que defende as invenções populares regionais e a identidade e o poder criativo femininos.

**Economia do bem** – A conferência de abertura do Fronteira ocorre no dia 25 de abril às 19h30 no Salão de Atos da UFRGS, a cargo de Amartya Sen, economista indiano cujo trabalho combina as abordagens filosófica e empírica, procurando unir economia e benefício social.

O professor do PPG em Economia da UFRGS Flávio Comim é estudioso da obra do indiano e ressalta a preocupação do pesquisador com as injustiças sociais. “Ao longo de 50

anos de carreira, ele perseguiu, por meio de assuntos diferentes, o mesmo tema da justiça social, visto de diversos ângulos”, aponta. Um dos criadores do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – estatística composta a partir de dados de expectativa de vida ao nascer, educação e PIB per capita –, Amartya considera que as pessoas passam fome não pela inexistência de comida, mas porque há regimes não democráticos que impedem que as sociedades vejam a existência da fome e reajam. “Os trabalhos que o tornaram popular foram aqueles que trouxeram a ética de volta à economia, no sentido da definição de como arranjos sociais podem ser justos”, complementa o professor.

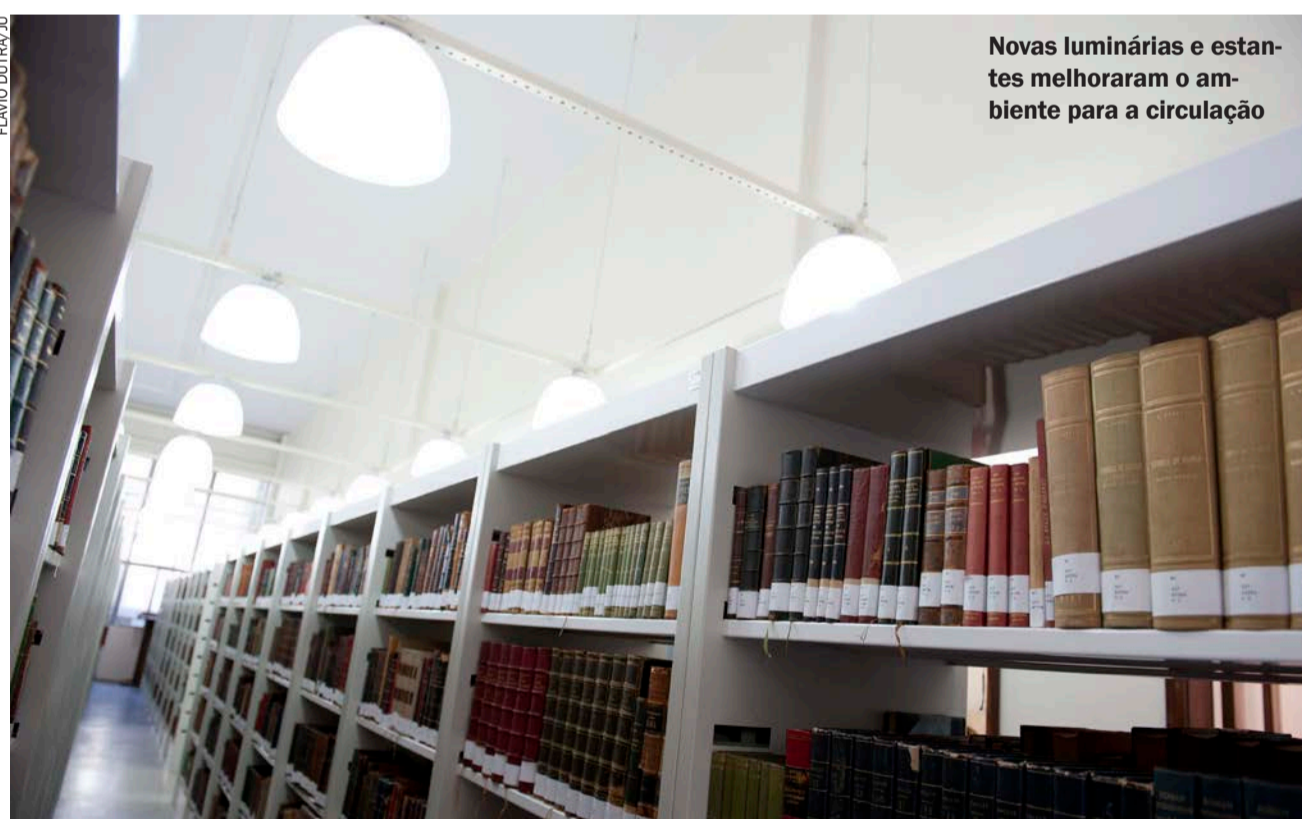
Além disso, Flávio destaca como ponto marcante na obra do indiano o resgate de uma tradição que estava adormecida no século XX: a dos economistas clássicos, com dimensão de ética e de ciência política.

## Financiamento Edital apoia missões científicas de docentes

A Pró-reitoria de Pós-graduação (PROPG) recebe, até o dia 10 deste mês, propostas para apoio financeiro a missões de curta duração de professores em universidades ou instituições de pesquisa no exterior. A ideia é ampliar a inserção internacional acadêmica da UFRGS, proporcionando a interação dos que ingressaram na carreira docente após janeiro de 2005 com grupos de pesquisa de outros países para o fortalecimento ou o desenvolvimento de atividades de pesquisa conjuntas. O apoio consiste no pagamento de passagem área de ida e volta e de até sete diárias internacionais. O edital está disponível no site [www.ufrgs.br/propg/](http://www.ufrgs.br/propg/). Outras informações podem ser obtidas através do telefone (51) 3308-3193 ou pelo e-mail [amanda.correa@propg.ufrgs.br](mailto:amanda.correa@propg.ufrgs.br).

## Fapergs Professora da UFRGS assume presidência

A professora do Instituto de Química da UFRGS Nádyia Pesce da Silveira foi nomeada para a presidência da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (Fapergs). Nádyia esteve à frente da diretoria científica do órgão na gestão anterior e é professora associada nível III do Instituto de Química da Universidade, atuando principalmente na Química Geral. Além da nova presidente, foram nomeados Jorge Luis Audy (PUCRS) e Franco Pallamolla (Lifemed) para o Conselho Superior da entidade.



Novas luminárias e estantes melhoraram o ambiente para a circulação

## Infraestrutura Biblioteca Central é reaberta

Em 27 de março, a Biblioteca Central da Universidade reabriu suas portas, após um ano de reformas. As obras incluíram climatização do ambiente, recuperação do piso, troca das antigas estantes, reforma da rede elétrica e instalação de um novo sistema de iluminação, visando garantir maior conforto aos usuários. Segundo a diretora do órgão, Viviane Carrion Castanho, a climatização permite a preservação das obras que fazem parte do acervo da Biblioteca, já que o papel sofre deterioração por conta da variação de temperatura. Viviane conta que, além das novas luminárias, a troca da posição das estantes proporcionou o aumento da entrada de luz natural no ambiente. Conforme a coordenadora do Departamento de Processos Técnicos, Ana Lúcia de Macedo Rüdiger, a compra de arquivos deslizantes garantiu a conservação das obras clássicas que integram a coleção Eichemberg, composta por

livros de ciências sociais e artes. A Biblioteca abriga ainda a produção bibliográfica de todas as administrações da UFRGS e uma coleção de obras de referência, com publicações das mais diferentes áreas que hoje são raridades. As novas instalações também têm acessibilidade facilitada pela ampliação do espaço de circulação entre as estantes. “Antes, os nossos corredores eram estreitos ao ponto de mal permitir a passagem de uma pessoa em alguns trechos, devido ao fato de que muitos livros têm tamanhos especiais”, revela a diretora. No entanto, Viviane alerta que haverá outras novidades nos próximos meses, já que um mobiliário adequado às atuais necessidades dos usuários deve ser adquirido. Embora a equipe da BC tenha mantido o atendimento virtual durante o período de reforma, com o reinício das atividades muita gente saudosa comemora o fato de poder voltar ao estudo em meio aos livros.



Pesquisa em Pauta

## Gênero e sexualidade na sala de aula

O programa Pesquisa em Pauta apresenta uma entrevista com a professora Dagmar Estermann Meyer, da Faculdade de Educação da UFRGS. Como membro do Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero (GEERGE), ela aborda a temática de gênero e sexualidade durante a educação infantil e a importância do papel da escola no desenvolvimento da identidade sexual da criança.

De acordo com a professora Dagmar, gênero é algo que aprendemos culturalmente e cada cultura tem expectativas diferentes do que é masculinidade ou feminilidade. Como explica a docente: “Masculinidade e feminilidade não são decorrências lineares de um sexo biológico do qual o indivíduo é portador”. A sexualidade está vinculada às diferentes formas dos indivíduos femininos e masculinos viverem seus prazeres corporais.

A escola foi pensada como um espaço de formação de cidadãos, buscando que as pessoas tenham determinadas características. Desse modo, ela também participa ativamente da educação sexual da criança, incentivando as relações que considera aceitáveis de acordo com os seus valores ou coibindo as que julga inaceitáveis. Não existe uma “receita ou prescrição” nem uma idade determinada para que se comece a tratar desse tema no ambiente escolar. Os professores devem estar preparados para aquilo que se manifestar, pois a sexualidade está dentro da escola e de cada indivíduo.

“Professores e professoras e a instituição escolar não têm como fazer com que a sexualidade fique fora da escola. Ela está lá dentro”, destaca a professora. A escola deve criar espaços de pluralidade para discussão e reflexão dessa temática para que a criança entenda que a diversidade jamais deve causar exclusão e que existem diferentes formas de viver a sexualidade, sem que haja um modo certo ou errado.

Além disso, a família precisa ter clareza sobre a política pedagógica da escola, pois, quando se escolhe determinada instituição para o filho estudar, significa que se está concordando com os valores do local. Família e escola devem estar sempre dialogando.

Para Dagmar, esse diálogo é fundamental para que se possa entender a sexualidade como algo natural. Os preconceitos que são trazidos para a sala de aula, tanto por parte dos alunos quanto dos professores, devem ser trabalhados e superados. Para que, assim, cada criança possa se desenvolver dentro do seu potencial e de sua individualidade.

Cíntia Warmling é estudante do 6.º semestre de Jornalismo e Leyla Guimarães é estudante do 3.º semestre de Relações Públicas

### Assista ao programa

“Pesquisa em Pauta - Gênero e Sexualidade”, no Canal 15 da NET, às 20h com reprise às 23h. O programa também está disponível na internet, no endereço [www.youtube.com.br/ufrgstv](http://www.youtube.com.br/ufrgstv).





# Nossa história está sendo destruída nos tribunais

Benito Bisso Schmidt\*

Um movimento silencioso de destruição de documentos importantíssimos para a construção da história do Brasil está ocorrendo no Poder Judiciário, envolvendo tribunais de diversas instâncias e estados. Alegando que muitos desses documentos não têm valor histórico (*sic*) e que, por isso, podem ser descartados, e que, além disso, a quantidade de recursos destinada a sua manutenção é exagerada, desembargadores e juízes vêm autorizando a eliminação daqueles que podem ser os únicos vestígios de personagens, processos e relações fundamentais à compreensão do nosso passado.

Mas por que esses “papéis velhos” – como dizem alguns tribunos e certo senso comum – são importantes? Por que vale a pena investir somas – vultosas, sob certo ponto de vista, mas que em nada se comparam às empregadas na construção de verdadeiros palácios para abrigar os tribunais – na sua conservação, organização e disponibilização ao público?

Por muito tempo, e essa visão continua, infelizmente, presente na sociedade (inclusive entre os operadores do Direito), parecia caber ao conhecimento histórico o estudo dos “grandes homens” e dos “grandes fatos” registrados nos documentos produzidos pelo Estado: heróis, vilões, reis, presidentes, guerras, tratados de paz, realizações governamentais. Eram esses os personagens e elementos que deveriam estar presentes nos livros de História. Porém, ao menos desde a década de 1930, na Europa, e alguns anos depois no Brasil, os historiadores, pelo menos aqueles com formação profissional específica, passaram a voltar seu olhar a outras dimensões do passado, consideradas mais explicativas da vida social. Privilegiaram-se, desde então, por um lado, os processos sócio-econômicos, políticos e culturais (e não os fatos em si), os atores sociais coletivos (e não os indivíduos) e os tempos longos e médios (e não os acontecimentos cronologicamente datados); e, por outro, as ações dos “debaixo”, das classes subalternas, dos populares, daqueles que, na visão tradicional, não faziam a história, mas apenas a sofriam. Nessa transformação, também se alterou a própria concepção de documento: não apenas os registros oficiais devem ser, assim, considerados, mas qualquer vestígio da ação humana, pois tudo depende da pergunta colocada pelo historiador. Por exemplo: livros de receita antigos podem se tornar documentos históricos quando se pergunta sobre hábitos alimentares, padrões de consumo, estratégias de distinção social (receitas sofisticadas *versus* cozinha “popular” e trivial) e formas identitárias (culinária étnica ou regional, por exemplo) do passado. Enfim, não é o registro em si que deve ser considerado histórico ou não; são aqueles problemas de pesquisa que ele ajuda a responder que lhe conferem ou não qualidade documental. E com um agravante: as perguntas do historiador também são históricas, ou seja, se alteram com o tempo e em função das demandas da sociedade na qual está inserido. Determinados temas e enfoques que hoje estão na “crista da onda” da historiografia – como as relações de gênero e as questões ambientais – até bem pouco tempo não eram nem pensados como históricos.

Obviamente, tais transformações



acarretaram – ou deveriam acarretar, pois, em muitos casos, ainda se verifica o apego a concepções tradicionais e superadas – muitas mudanças ao fazer arquivístico. Se antes havia alguma certeza quanto a o que se preservar nos arquivos permanentes (ou históricos) e a o que se descartar, hoje essas definições estão borradas. De outro lado, sabemos que não é possível guardar tudo o que foi produzido pelos homens e mulheres ao longo do tempo (nesse caso, teríamos quase uma versão arquivística do “mapa do mundo” produzido pelo cartógrafo-personagem do conto de Borges), que seleções são necessárias (embora sempre arriscadas, risco que diminui quando se pluralizam os olhares disciplinares no processo de gestão documental) e que, em última instância, o próprio conhecimento histórico é sempre lacunar e incompleto. Mas como dar conta dessa equação? O que preservar e o que descartar sem que incorramos no risco de eliminar para sempre a possibilidade de compreender aspectos importantes do passado humano?

Depois dessa digressão mais geral, voltemos aos documentos judiciais e à sua importância para a construção da História. A historiografia brasileira se renovou profundamente a partir da década de 1980, acompanhando o processo de redemocratização pelo qual passava o país e as transformações internacionais do conhecimento histórico. O interesse dos historiadores se voltou aos considerados “excluídos da história” – como trabalhadores, mulheres, indígenas, homossexuais, loucos e marginais –, possibilitando a elaboração de uma análise mais plural do passado e de uma memória coletiva

mais democrática. Nesse processo de renovação, foi fundamental a pesquisa nos documentos judiciais, pois neles se encontram registradas as experiências de homens e mulheres que dificilmente apareceriam em outras fontes. Afinal, aos tribunais, desde os tempos coloniais, recorreram, além dos membros das elites, os trabalhadores escravizados e livres, as mulheres infelizes em seus casamentos e/ou espancadas e

**“Os documentos produzidos pelo Judiciário não pertencem a esse Poder, mas a toda a sociedade”**

violentadas, os perseguidos políticos, entre outros sujeitos marginalizados, em busca do que julgavam ser seus direitos. Nos processos de diversos ramos e instâncias do Judiciário – Civil, Crime, Trabalhista –, encontram-se histórias preñes de densidade humana e social, capazes de iluminar relações e processos pouco visíveis em outras fontes. Por exemplo: por meio desses autos, os historiadores conse-

guiram compreender mecanismos de resistência de escravos, operários e mulheres, diante dos sistemas de dominação a que estavam submetidos. Além disso, tais documentos incluem seguidamente testemunhos preciosos sobre o cotidiano e os conflitos de outros tempos (conflitos trabalhistas, violência doméstica, violência policial, etc.) que podem nos ajudar a compreender melhor determinados problemas da sociedade contemporânea. Trazem também, em geral como provas de determinados delitos, documentos que não são encontrados em outros acervos, como jornais “subversivos”, atas de sindicatos, perícias médicas, descrições das condições de trabalho em fábricas, entre outras fontes preciosas.

Desconsiderando essa riqueza, muitos tribunais têm insistido na eliminação massiva de documentos, alegando, como dissemos, a falta de recursos e de espaço. Sem deixar de levar em conta a necessidade do bom uso do dinheiro público, temos certeza de que o investimento na preservação do patrimônio documental do país é sempre benéfico – como demonstram as nações ditas de primeiro mundo, sabedoras de que o desenvolvimento passa também pelo conhecimento e pela educação – e de que o acesso à informação é um ingrediente fundamental em sociedades democráticas. Com certeza, esse não é um problema exclusivo dos arquivos judiciais. Infelizmente, a maior parte dos arquivos públicos e privados em nosso país sofre com o descaso dos poderes públicos e com a falta de recursos e de profissionais qualificados. Mas o Poder Judiciário, atualmente tão desacreditado em função de crí-

ticas internas e externas, poderia dar o exemplo e mostrar que está aí para servir aos cidadãos e contribuir para o incremento das práticas democráticas. Temos certeza de que os investimentos em arquivos são mais profícuos do que aqueles realizados na construção de fastuosos gabinetes.

Felizmente, na contramão dessas práticas lesivas à memória e à História, alguns tribunais vêm, ainda que timidamente, enviando esforços em prol da preservação. Em vários, foram constituídos memoriais e centros de documentação, embora, na maioria desses espaços, ainda prevaleça uma visão apologética e não analítica do passado, bem como a perspectiva de que existem documentos históricos e “não históricos”, sendo os primeiros em geral aqueles ligados aos magistrados destacados, aos fatos curiosos e aos processos ditos “impactantes”. Recentemente, o Tribunal de Justiça do RS chamou profissionais de diversas áreas (inclusive historiadores e arquivistas) para pensarem o que fazer com a imensa massa documental acumulada pela instituição e hoje abrigada em vários prédios alugados. A iniciativa é bastante positiva, mas, nas discussões da comissão constituída para esse fim, ainda se percebe a recorrência de concepções ultrapassadas (como a de que existem critérios objetivos para se determinar quais processos são ou não históricos), bem como a resistência em proceder a uma gestão adequada da documentação antes de realizar arriscados descartes massivos.

O STF, por sua vez, vem se mostrando impermeável a tais debates. Há pouco tempo, o ministro Cezar Peluso, presidente daquele órgão, promulgou a Resolução 474, que “estabelece critérios para atribuição de relevância e de valor histórico aos processos e demais documentos do Supremo Tribunal Federal”. O documento causou perplexidade aos historiadores, em especial por procurar estabelecer “por decreto” o que é ou não histórico e apontar como subsídios para essa classificação critérios considerados ultrapassados há pelo menos um século. A Associação Nacional de História (ANPUH) se contrapôs a tal decisão e publicou o documento “O STF não sabe o que é História” em seu informativo.

De forma semelhante, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), através da Recomendação 37, de 15/08/2011, também abriu as portas para as eliminações massivas.

Por tudo isso, é preciso que as universidades e os demais centros de pesquisa, os profissionais de História, Arquivologia e outras áreas das Ciências Humanas e das Ciências da Informação, os operadores do Direito, sensíveis à importância da História e da Memória, os legisladores e, sobretudo, a sociedade civil, se mobilizem para pôr fim a este verdadeiro atentado ao conhecimento histórico. Os documentos produzidos pelo Judiciário não pertencem a esse Poder, mas a toda a sociedade. Por meio deles é possível compreender melhor o nosso passado e, quem sabe, construir um olhar mais plural sobre o presente e o futuro da sociedade brasileira.

\* Professor do Departamento e do PPG em História da UFRGS, presidente da Associação Nacional de História (ANPUH) - Gestão 2011-2013





# O 4G da discórdia

O uso dos aparelhos celulares por longos períodos é um dos malefícios apontado por Alvaro Salles, coordenador de pesquisa sobre os efeitos biológicos dos campos eletromagnéticos

## Telefonia Implantação do novo sistema na capital gera discussão acerca dos riscos à saúde

Caroline da Silva

Entre as melhorias da cidade para a Copa de 2014, existe a possibilidade de implantação do sistema de comunicação 4G na capital. Tramita na Câmara de Vereadores o Projeto de Lei 3.279/2011, prevendo alterações na atual legislação sobre a instalação de Estações de Rádio-Base (ERBs) para telefonia celular em Porto Alegre. O projeto propõe eliminar a exigência da distância de 500 metros entre as ERBs instaladas em torres e de 50 metros dos imóveis que abriguem hospitais, escolas e creches, como também eliminaria a necessidade de licenciamento ambiental.

**Interesses econômicos** – O professor da Engenharia Elétrica da UFRGS Alvaro Salles afirma veementemente: “Não precisa, absolutamente, alterar a lei atual de Porto Alegre para o 4G funcionar. A regulamentação não impede que se coloquem antenas, por exemplo, em estruturas já existentes”. E, para completar, comenta a existência de uma questão importante que não está sendo dita. “Eu sou da fronteira, e lá diziam assim: às vezes, o quero-quero

canta num lugar, mas o ninho está longe. Segundo o Ministério Público do Rio Grande do Sul, existe uma dívida grande das empresas de telefonia. É muito dinheiro, então parece que uma das razões fortes pra tentarem mudar a lei é porque depois fica muito mais difícil para o MP e a prefeitura cobrem esse dinheiro”. (Mais detalhes na entrevista adiante.)

Outro ponto que pressiona a discussão é a necessidade de novos aparelhos para se poder usufruir de serviços diferenciados disponíveis no sistema 4G, como transmissão de voz, dados e imagens em alta velocidade. Os celulares 3G continuarão em operação, mas o acesso à nova tecnologia será possível somente com a compra de telefones compatíveis, que impulsionariam o lucro para as empresas. No entanto, Salles adverte: “Tem que haver uma quebra de paradigma. A tecnologia não deve ser melhorada ao custo do prejuízo da saúde”.

**Má utilização** – A quebra de paradigma a que o docente se refere é utilizar a telefonia móvel só quando comunicações fixas não forem disponíveis, para evitar a exposição a efeitos não térmicos. O coordenador da pesquisa da UFRGS sobre os efeitos biológicos dos campos eletromagnéticos destaca que há mais de 40 anos estão comprovados os efeitos térmicos (de curta duração, agudos, com alta intensidade por curto período de tempo), que causam um aquecimento excessivo nos tecidos.

Recentemente, os estudiosos se sentiram desafiados a provar os riscos dos efeitos não térmicos que envolvem baixo nível e longo tempo de exposição. Esse é o caso de quem reside próximo a uma Estação de Rádio-Base. “Esse

tipo está fartamente documentado na literatura científica internacional”, avalia o professor.

Salles relata que as pesquisas científicas têm demonstrado problemas sérios em baixo nível de exposição. “São vários os tipos de câncer, como a leucemia. Em termos de câncer cerebral, já existem estudos epidemiológicos coordenados pela própria Organização Mundial da Saúde (como o projeto Interphone)”. Por outro lado, ele cita como exemplo uma pesquisa na Alemanha, na cidade de Naila, que mostrou um aumento de três vezes na incidência de vários tipos de tumores malignos em pessoas que habitavam um raio de até 400 metros em torno dessas torres, em comparação com aqueles que moravam mais distantes. Já em Netanya (Israel), foi realizado um estudo com a distância de 350 metros. “Como diminuí o raio, o nível de incidência aumentou de três vezes o desenvolvimento de câncer para 4,5 vezes. Uma pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais mostrou também um aumento substancial no desenvolvimento de tumores malignos em habitantes cujas residências se situavam a até 500 metros em torno das Estações de Rádio-Base de Belo Horizonte. Isso é importante porque no Brasil existem mais de 53 mil estações. Só no Porto Alegre, são 663 ERBs, segundo dados do site da Anatel em 27 de fevereiro.”

Em outra frente, o professor Salles enfatiza que os telefones celulares estão sendo atualmente mal utilizados, quando operados encostados à cabeça dos usuários. “As pessoas deveriam sempre utilizar fones de ouvido, mantendo o aparelho afastado de qualquer parte do corpo, visando reduzir os riscos à saúde.”

## Tecnologia poderá ter regras próprias

Em 14 de fevereiro, os promotores de Justiça do Meio Ambiente de Porto Alegre Alexandre Saltz e Carlos Paganella participaram da reunião da Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara de Vereadores, quando foi discutido o Projeto de Lei 3.279/2011. A reunião da Cosmam foi presidida por Beto Moesch. O autor do projeto, o vereador Aírto Ferronato, admitiu estudar uma emenda que mantenha a lei anterior em vigência. Outra emenda pode reforçar a necessidade de licença ambiental para as antenas e estações. Segue a entrevista concedida por Alexandre Saltz ao Jornal da Universidade:

É possível promover a implantação do sistema 4G na cidade sem alterar a legislação já vigente em Porto Alegre?  
**Alexandre Saltz** – Sim, é possível. A implantação da tecnologia 4G tem bases técnico-operacionais diversas das demais, pelo que poderia ter um regramento próprio, que não alterasse o vigente em Porto Alegre.

Quais os principais pontos de alteração presentes no projeto em tramitação e quais as suas consequências?

**Saltz** – O primeiro ponto é justamente a necessidade de mudar a lei atual para implantar uma nova tecnologia. O segundo, a redução da proteção, derivada da diminuição de alguns padrões hoje vigentes, como a redução da distância das ERBs de escolas, hospitais, clínicas... O terceiro, a concessão da licença ambiental, se, no prazo de 90 dias, não houver

manifestação do poder público. O quarto, a possibilidade de que, com as alterações, sanções hoje vigentes possam ser desconstituídas – fato que determinará a perda de receita na ordem de várias centenas de milhões de reais. Por último, a possibilidade de regularização de ERBs hoje ilegais.

Uma das críticas feitas ao projeto é que a mudança da lei abriria um precedente para o perdão de dívidas de centenas de milhões das operadoras de telefonia. Elas seriam provenientes de multas sobre o quê?

**Saltz** – São basicamente as multas diárias e as derivadas dos processos administrativos que existem contra as operadoras porque elas não regularizaram as ERBs no momento adequado. Também há a possibilidade de descriminalização, pela incidência de lei mais benéfica, de fatos praticados pelas operadoras que fizeram funcionar as ERBs sem licença ambiental.

Qual é a preocupação do Ministério ao intervir nessa questão? Proteger a população dos riscos à saúde que a instalação irregular das antenas pode acarretar?

**Saltz** – A preocupação do MP decorre da sua missão constitucional. Além do retrocesso social e da potencialidade de riscos à saúde e ao meio ambiente, há indícios de ilegalidade e de inconstitucionalidades graves no Projeto de Lei. A aprovação de uma norma nessas circunstâncias criará insegurança jurídica e grave confusão, além de criar odioso privilégio a grupos econômicos que descumprem a lei há anos.

## Tese de doutorado apontou efeitos nocivos da radiação no DNA de cobaias

O professor Amâncio Romanelli Ferreira finalizou o doutorado em Ciências Biológicas (Bioquímica) na UFRGS em 2006. Sua tese na área de Bioeletromagnetismo detectou a quebra cromossômica do DNA de hemácias em ratos e em planárias irradiados. “Pesquisas realizadas com frequências muito altas (como as usadas em telefonia) podem afetar tanto o DNA quanto ou-

tras biomoléculas”, explica o biólogo. Com tantas Estações de Rádio-Base espalhadas pela cidade, ele diz que “estamos fisicamente embebidos” por campos eletromagnéticos.

A fim de testar os possíveis efeitos biológicos desses campos, separou ratas gestantes em duas gaiolas. Em uma, as ratas foram irradiadas durante toda a gestação por um aparelho celular (834

MHz), com sua antena distante 40 a 50 cm dos animais, enquanto a outra gaiola, sem a irradiação, servia de controle. Quando os filhotes nasceram, Ferreira analisava o sangue deles, verificando a existência de indicadores de estresse oxidativo (relacionado aos radicais livres) e de sinalizadores de dano cromossômico (por exemplo, a formação de micronúcleos nas hemácias, que normalmente

são células anucleadas). Ele constatou um aumento de 150% na formação de micronúcleos, tipo de dano que pode alterar a síntese de enzimas, prejudicando o sistema imunológico.

Segundo o pesquisador, estudos também associaram a proximidade com campos eletromagnéticos a transtornos de atenção, depressão e dores de cabeça.





# Intercâmbio ampliado

**Internacionalização**  
Investimentos em infraestrutura e novos programas criam oportunidades de mobilidade acadêmica

A sétima reportagem da série que celebra os 15 anos do Jornal da Universidade apresenta as modificações na Secretaria de Relações Internacionais, que investiu na qualificação de seus servidores para melhor acolher os estudantes estrangeiros que chegam à UFRGS.

Fundada sob o princípio positivista da ciência como linguagem universal, a UFRGS está, desde a sua criação, fortemente ligada à internacionalização. Há relatos de cooperação internacional e convênios institucionais desde o final do século XIX, época de implantação das unidades de ensino que deram origem à Universidade. Esses primeiros contatos eram feitos com instituições de ensino de países como Alemanha, França, Estados Unidos e Argentina, por meio de relações individuais de professores e pesquisadores.

Por muito tempo, não houve na UFRGS um órgão específico para tratar das relações internacionais. Professores visitantes eram recebidos pelos colegas da Universidade, alunos que buscassem formação internacional deveriam recorrer a agências de intercâmbio, e não havia uma política para atrair estudantes estrangeiros. Essa situação começou a mudar a partir da década de 1980.

A estrutura de pós-graduação no Brasil estava cada vez mais organizada – graças à atuação de órgãos como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), era grande a oferta de bolsas para doutorado. A vice-pró-reitora de Pós-graduação, Lia Teresinha Silva, trabalha na Universidade há mais de 30 anos e conta que “naquela época já ia muita gente fazer doutorado sanduíche (programa parcialmente realizado em outra instituição brasileira ou estrangeira), e nunca faltou bolsa, pois, se a Capes não pudesse atender, atendia o CNPq”. Ela também lembra que a Pró-reitoria acabou designando um funcionário para cuidar da regularização de professores estrangeiros atuantes na UFRGS.

**Contexto favorável** – Em 1993, essa função passou a ser exercida pela Assessoria de Relações Institucionais e



Alunos estrangeiros foram recebidos pela Administração Central da UFRGS em 16 de março

Internacionais, que funcionava junto ao Gabinete do Reitor. A criação da Assessoria aconteceu em um momento decisivo. Com o avanço dos meios de comunicação e a dissolução de barreiras políticas, a globalização era uma tendência mundial, tornando necessário à Universidade ter um setor especializado em relações internacionais. Foi o primeiro avanço significativo nesse sentido, mas ainda havia muito a fazer, pois o órgão era composto apenas de um professor e um funcionário técnico-administrativo, que tratavam de atividades como a organização de viagens internacionais do reitor e a acolhida de delegações internacionais em visita à UFRGS. Em 2001, a Assessoria de Relações Institucionais e Internacionais passou a ter status de Secretaria e, seis anos depois, teve seu nome mudado para Secretaria de Relações Internacionais (Relinter).

Nos últimos anos, ocorreram os avanços mais significativos na história das relações internacionais da Universidade. Dados de 2004 indicam que a UFRGS possuía contratos de cooperação formalizados com 114 instituições de 19 países em vigência naquele ano. Desde então, esses números foram quase duplicados: atualmente são 201 instituições de 35 países. A subsecretaria de Relações Internacionais, Maria Inês Nardi, atribui esse crescimento a diversos fatores encadeados. A participação em eventos internacionais traz

visibilidade para a Universidade; esta visibilidade atrai investimentos e propicia o contato com instituições estrangeiras; e estes contatos, eventualmente, se convertem em parcerias e acordos de cooperação. Para ela, a UFRGS reflete em menor escala uma tendência que é mundial, de mais atenção à internacionalização: “A Universidade está focada na internacionalização. Existe muito interesse, pois as pessoas querem se capacitar, querem se informar, saber o que há de melhor em suas áreas de atuação”, afirma.

**Aliados na divulgação** – Para acompanhar esse crescimento, a Relinter tem intensificado suas atividades e procurado se aproximar da comunidade acadêmica por meio de ações integradas. Houve aumento no número de funcionários e no espaço físico da Secretaria, fatores considerados fundamentais por Maria Inês. “Com mais funcionários, estruturamos melhor o serviço”, conta a subsecretária, acrescentando que a qualificação desses servidores é tida como prioridade. No ano passado foi inaugurado o Espaço Internacional – a sala localizada no térreo do Anexo 1 da Reitoria dedicada ao atendimento ao público. Aberto de segunda a sexta-feira, das 10h às 17h, e contando com servidores fluentes em diversos idiomas, o Espaço facilita o contato direto entre a Secretaria e os estudantes intercambistas.

A Relinter também tem investido na ampliação da sua capacidade de divulgação, com atualizações constantes do site (<http://paginas.ufrgs.br/relinter/portugues>), que é disponibilizado em seis idiomas (português, inglês, espanhol, francês, alemão e japonês), e pela utilização de redes sociais. Também foram elaborados materiais informativos sobre a UFRGS em português, inglês, espanhol, francês, alemão e chinês, fornecidos a estudantes e professores que realizem viagens ao exterior. De acordo com Maria Inês, “é importante ter os membros da comunidade acadêmica como aliados na divulgação da Universidade; cada aluno ou professor é um embaixador”.

Outro fator considerado crucial para explicar a intensificação das atividades da Relinter é a aproximação com os diferentes setores da Universidade pela realização de visitas periódicas às unidades acadêmicas e de reuniões com os professores para expor as ações desenvolvidas. A troca de informações que advém deste contato ajuda a definir os rumos que a Relinter deve seguir e, segundo a funcionária Tanira Soares, “esta tem sido uma experiência muito positiva, pois o professor conhece a realidade dos alunos, acompanha mais de perto, sabe das necessidades deles”.

Bibiana Guaraldi, estudante do 7.º semestre de Jornalismo de Fabico

## Integração em casa

Além do auxílio aos docentes, a Relinter também busca integrar a comunidade estudantil às suas atividades. Essa relação se dá, principalmente, através de dois projetos criados em 2010: o “Amigo Internacional” e o “Intercâmbio em casa”. No primeiro, o participante cadastrado aluga ou empresta um quarto de sua residência para um aluno estrangeiro que venha estudar na UFRGS. Já o “Amigo Internacional” aproxima alunos da UFRGS de estrangeiros em mobilidade acadêmica como forma de facilitar a adaptação desses estudantes à nossa cultura.

Neste ano, o “Intercâmbio em Casa” tem 20 pessoas que oferecem hospedagem para alunos estrangeiros, enquanto o programa “Amigo Internacional” conta com 79 participantes dispostos a tornar mais rica a experiência de quem vem morar em Porto Alegre. Essas iniciativas têm se revelado vantajosas para ambas as partes, pois tanto os participantes brasileiros quanto os estrangeiros têm a oportunidade de conhecer culturas diferentes, aprender idiomas e fazer amigos. Para se inscrever nos programas, basta preencher um formulário disponível na página da Relinter.

## Dois pontos

### ► Olha o ói e o éi

Quando se começou a falar em “acordo ortográfico” entre os países de língua portuguesa, e isso remete a 1990, as trombetas apocalípticas não tardaram em gritar o fim. E os mais epidérmicos vislumbraram eufóricos o fim, sim, dos sinais de acentuação. O inglês não (os) tem; o francês, de gramática prolixa, é carregado desses sinais e, por conseguinte, acham-no difícil. Compreende-se, pois, que o repertório de sinais de uma língua – e as línguas são feitas de signos (linguísticos)! – esteja relacionado ao seu conjunto de significados. Assim, a diferença de timbre entre os fonemas “é” ou “ê” resulta funcionalmente em significados diversos. Ex.: “Eu zelo (é) pelo teu bem.”/ e “Eu tenho muito zelo (ê) pelo que não é meu!” Isso quer dizer

que há uma função produtiva nessa diferença, que é sinalizada, em certos casos, no uso deste, daquele ou de nenhum sinal de acentuação. Há uma melodia na língua. Mas a expectativa dos incendiários não resistiu às negociações, ainda longe de acordos, entre os representantes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), e apenas alguns casos de acentuação foram pautados para a ortografia proposta.

Houve, em relação às paroxítonas, algumas modificações. Uma delas é o não uso do acento gráfico nos ditongos “oi”, “ei” – col-meia, pla-tei-a, as-sem-blei-a, i-dei-a, es-toi-co, meso-soi-co, al-ca-loi-de – na posição paroxítona. Na posição paroxítona! Isso quer dizer: esses encontros vocálicos, sendo tônicos e na penúltima sílaba, deixaram de existir. Disso se

infe, como bons leitores de entrelinhas, que o ditongo em outra posição que não a paroxítona continua acentuado. É o caso de herói (por ser uma oxítona, com acento!), alcalóidico (proparoxítona, com acento!). Atenção para o caso do ditongo seguido de “a”. Por exemplo: assembleia. Ela não é mais acentuada, não, pois, ao situarmos a posição da sílaba tônica, verificamos tratar-se de uma paroxítona: as-sem-blei-a. Esquisitas (e aqui fala a voz confessa de um resistente que vê deselegância nessa perda de acento), se escrevem geleia, assembleia, Coreia, boia, joia, paranoia.

Detalhe: as palavras gêiser, destróier, Méier mantêm o acento por obedecerem à regra das paroxítonas terminadas em “r”. É, não foi dessa vez!



Antônio Falcetta, revisor  
antonio.falcetta@secom.ufrgs.br





# Na China sem sair de casa



Rafael Papageorgiou estuda História e diz que seu interesse pelo idioma vem do contato com amigos chineses

## Instituto Confúcio Quarta instituição do gênero no país vai divulgar a cultura chinesa na Universidade

Everton Cardoso

Numa sala de aula do anexo I da reitoria, no Câmpus Centro da UFRGS, Bianca Wu, de 18 anos, Liliana Xiao, 19, Alexandre Tso, 22, e Rafael Papageorgiou, 24, escutam atentamente a professora Fang Kianghong – que escolheu o nome Felipa para ser chamada no Brasil –, enquanto ela lhes fala em mandarim. Eles são estudantes do curso oferecido pelo Núcleo de Ensino de Línguas Estrangeiras (NELE) da UFRGS desde 2011. Bianca, Liliana e Alexandre, descendentes de chineses, têm contato com o idioma em casa, onde já haviam aprendido algo. “Meus pais falam mandarim. Quero aprender e, depois, ir para a China”, revela Bianca, ingressante em Arquitetura na UFRGS. Viajar ao país asiático é

razão compartilhada pelo estudante de Administração na PUCRS Alexandre: “Quero trabalhar lá usando o português”. Rafael, aluno do curso de História na UFRGS, é o único que não tem ascendência oriental e conta que seu interesse pelo idioma vem do contato com alguns amigos chineses a quem ele ensinava português em troca de noções de mandarim. “Ensinar nossa língua para eles não foi fácil. Tem os tempos verbais e outras coisas que não existem no idioma chinês”, conta. É consenso entre eles que o mandarim é difícil de se aprender. “São muitos símbolos com sons parecidos, mas que fazem diferença na hora de falar”, diz Liliana, caloura em Administração na UFRGS.

**Um primeiro passo** – Fang, a professora, está em Porto Alegre há um ano e meio, período em que tem dedicado boa parte do tempo para aprender português, e deve permanecer até o próximo mês de julho. Doutora em linguística aplicada, trabalha no Instituto de Língua e Cultura Chinesas na Universidade Nankai, onde dá aulas a estudantes estrangeiros que queiram aprender mandarim e a chineses que pretendam se tornar professores de mandarim como língua estrangeira. Na UFRGS, Fang tem-se dedicado a dar aulas de seu idioma, além de trabalhar

em atividades relacionadas ao Instituto Confúcio (IC), órgão responsável pela coordenação de atividades relacionadas à nação asiática na Universidade e que será inaugurado na segunda quinzena deste mês. “O IC é uma força para promover o crescimento do aprendizado do mandarim e divulgar a cultura chinesa em todo o mundo”, diz. E acrescenta: “Vai ser mais um lugar importante para os brasileiros, especialmente para os estudantes universitários aprenderem chinês, além de experimentar e compreender a cultura chinesa”. Se ensinar e aprender mandarim eram até agora algo inusitado na UFRGS, a partir da instalação do IC deve passar a ser uma rotina na Universidade.

O Instituto Confúcio terá sua sede no prédio do Instituto de Letras (IL), no Câmpus do Vale. Proveniente de cooperação com a Universidade de Comunicação da China (UCU), é, de acordo com a diretora do IL Jane Tutikian, uma amostra do posicionamento internacional da UFRGS. “Ao trazer para cá o quarto IC do Brasil, a Universidade se coloca numa posição de destaque na relação entre os dois países”, analisa. Isso também representa um primeiro passo para o estabelecimento de uma ala internacional, que futuramente abrigará outros institutos internacionais nos novos andares que estão sendo

erguidos no prédio administrativo do Instituto de Letras, no Câmpus do Vale. É, pois, uma forma de ampliar a percepção de mundo da comunidade acadêmica. “Não é mais possível que fiquemos olhando para nós mesmos. Hoje, o mundo é de negociações, sejam elas econômicas, tecnológicas, culturais, etc.”, expõe. De acordo com Jane, essa é uma forma de o Instituto de Letras integrar-se ao processo de dar à UFRGS trânsito e relevância internacionais. “Não existe qualquer possibilidade de internacionalização que não passe pelo IL”, pontua, já que o contato internacional pressupõe conhecimentos de línguas e culturas estrangeiras.

**Conhecer para entender** – Entre os benefícios para a comunidade universitária, a diretora do IL destaca os estudos relacionados à cultura e ao patrimônio histórico chineses. “O estudo da cultura de um povo, para que seja completo, passa pelo conhecimento da língua, primeiro fator da identidade cultural. E, por assim ser, o estudo do mandarim e da cultura chinesa desperta o interesse da academia”, acrescenta. Por isso, destaca a professora, decidiu-se começar as aulas de língua chinesa desde 2010. “Queríamos ter um termômetro de como funcionaria”, diz ao explicar a razão por que as aulas iniciaram antes

da inauguração do Instituto Confúcio.

Foi uma parceria entre o IL e a Secretaria de Relações Internacionais da UFRGS que possibilitou essa iniciativa que pretende promover a integração entre os países, que hoje são grandes parceiros econômicos. “Há dificuldades nas relações comerciais, entre elas, talvez as maiores sejam o idioma e o desconhecimento da cultura”, salienta Jane enquanto enumera os diversos laços já estabelecidos entre ambos os países no mercado têxtil e de eletroeletrônicos.

Prova de que esse intercâmbio e essa integração são possíveis para além do campo dos negócios é o caso da professora Fang. “Essa experiência está sendo maravilhosa porque o Brasil é uma fusão multicultural”, destaca a docente que chegou a Porto Alegre sabendo quase nada de português. Estudante dedicada do curso de língua portuguesa para estrangeiros, Fang surpreende-se com seu aprendizado: “Nos primeiros meses, ouvi e falei tanto português que quase me esqueci como dizer algumas coisas em mandarim!”. De acordo com ela, os brasileiros têm sido muito amigáveis e calorosos. Estranhamento, claro que houve: “Ficava encabulada quando encontrava brasileiros, e me saudavam com abraços e beijos. É um pouco estranho para mim, mas agora estou acostumada”, conta.

## Pesquisa vai definir atividades do novo instituto

O Instituto de Letras está realizando uma pesquisa para levantar quais atividades mais interessam aos porto-alegrenses. As opções que podem vir a ser oferecidas, listadas a seguir, incluem cursos, oficinas e outros eventos culturais com o objetivo de promover uma aproximação entre Brasil e China. Quem quiser participar de alguma das atividades deve escrever para [iletras@ufrgs.br](mailto:iletras@ufrgs.br) dizendo por quais se interessa. A partir das respostas, serão planejadas as futuras atividades do Instituto.

1. curso de mandarim;

2. curso de filosofia confucionista, seguindo a linha do “sábio dos

sábios”. Filósofo, político e educador, Confúcio é o mais conhecido pensador chinês;

3. aulas de artes marciais tradicionais como Tai Chi Chuan – também conhecido como meditação em movimento – e Kung Fu – a mais difundida luta chinesa;

4. oficinas de corte de papel e origami, já que o papel foi inventado na China na Antiguidade e a arte usando esse material tem sido popular desde então, principalmente como decoração de festas populares e celebrações;

5. oficinas de música folclórica,

com canções infantis, sobre costumes, religiosas e outros gêneros tradicionais daquele país;

6. mostras de teatro, seguindo a tradição da Ópera Nacional da China;

7. mostras e debates sobre filmes de diretores chineses de reconhecimento internacional, como Wong Kar-Wai, Jia Zhang-Ke e Zhang Yimou;

8. atividades envolvendo a história da literatura chinesa em suas duas principais vertentes, a literária oficial e a popular ou coloquial;

9. atividades para o conhecimento dos costumes chineses em relação ao

mundo dos negócios, com o objetivo de facilitar o estabelecimento de contatos empresariais.

10. viagens de turismo à China para conhecer tanto o lado mais moderno quanto o mais tradicional do país cuja cultura é milenar;

11. desenvolvimento de softwares na China, aproveitando a complementaridade entre a vocação do país para o setor de microeletrônica e a intenção brasileira de voltar-se à produção de softwares;

12. oficinas de culinária chinesa, inclusive em seus aspectos filosóficos, como as mesclas de doce

e salgado, frio e quente;

13. atividades relacionadas à história da medicina tradicional chinesa e dos fundamentos filosóficos que a embasam;

14. estudos sobre a história das antigas dinastias que dominaram a China desde a Antiguidade até o século XX;

15. cursos sobre arquitetura tradicional chinesa, que tem exterior imponente e segue princípios como os do equilíbrio e da simetria; e

16. exposições e cursos de pintura tradicional chinesa e sua história.



# Especial

O portal conduz à chamada **zona suja** da Colônia de Itapuã, setor atualmente com apenas 30% de suas instalações ocupadas



TEXTO JACIRA CABRAL DA SILVEIRA FOTOS FLÁVIO DUTRA

# Reparação

**Cidadania** Instituto Nacional de Genética Médica de Populações realiza exames de DNA para resgatar laços familiares brutalmente interrompidos com a internação compulsória de pacientes hansenianos

Quando Clarice, menina de olhos azuis profundos, cabelos castanhos e pele muito clara, chegou para morar com os pais no Hospital Colônia de Itapuã, na grande Porto Alegre, tinha pouco mais de cinco anos de idade. Resignada, depois de passar a primeira fase de sua infância no Amparo para onde foram levadas todas as crianças nascidas de pais com hanseníase (então chamada de lepra), olhava para aquele casal à sua frente sem qualquer sentimento de afeto. Logo ao nascer, fora entregue às freiras, sem que antes pudesse ter sido tocada pela mãe ou pelo pai.

Com o tempo, aprendeu que jamais conseguiria ter uma relação pacífica com a mãe, mas também descobriu o quanto era precioso estar com o pai. E mais do que qualquer outra coisa, estabeleceu laços de amor incondicional com a irmã mais velha, de quem é curadora por ser uma jovem com problemas físicos e neurológicos, decorrentes de um acidente enquanto morava com as franciscanas. Casada com Miguel e morando a apenas alguns quilômetros da Colônia, onde ainda vivem a mãe e a irmã – o pai já é falecido –, Clarice não demonstra entusiasmo em ter seus próprios filhos: “É uma coisa que me tiraram”, desabafa, baixando o tom de voz, “já tenho minha irmã para criar”.

**Investigação** – Nas décadas de 30 e 40, o Brasil implantou um sistema de hospitais-colônia, em razão do qual foram internadas compulsoriamente as pessoas com diagnóstico de hanseníase. O isolamento era imediato e incontestável, e sem qualquer esclarecimento sobre a doença aos enfermos. Famílias foram separadas drasticamente, pois eram levados para as colônias apenas aqueles acometidos pela doença. Com os anos, a gravidez resultante das uniões entre os internos deu início a outro martírio: assim que nasciam, os bebês eram imediatamente separados de suas mães e encaminhados a instituições de

amparo, geralmente administradas por freiras, dados em adoção ou entregues a familiares. Tendo por base formulários encaminhados ao Movimento de Reintegração das Pessoas atingidas pela Hanseníase (Morhan), cerca de 10 mil crianças foram separadas de seus pais, mas a estimativa é de que aproximadamente 40 mil tenham sido afastadas compulsoriamente de suas famílias.

Em agosto do ano passado, o Instituto Nacional de Genética Médica Populacional (INaGeMP), com sede no Serviço de Genética Médica do Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA), firmou um protocolo de colaboração com o Morhan pelo período de dois anos com o objetivo de identificar, a partir da análise de DNA, filhos separados de pais internados compulsoriamente nos hospitais-colônia. A iniciativa conta ainda com a colaboração do Departamento de Genética da UFRGS e o apoio da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e do Programa de Hanseníase da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde. Caberá ao Instituto realizar testes moleculares de vínculo biológico, uma espécie de teste de paternidade para identificar possíveis parentes dos indivíduos que sofriam desse mal. Serão analisados todos os casos de paternidade não identificada ou em situação de dúvida. Em caso de necessidade, e havendo concordância das pessoas envolvidas, será realizado o teste de vínculo biológico. Todos os cuidados éticos serão observados, e esse protocolo será submetido a um comitê reconhecido pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa.

O projeto Reencontro, como foi batizado, começou a analisar os primeiros pares de DNA ainda em 2011 e já finalizou três casos, dos quais dois resultaram positivos. Conforme a médica Maria Luiza Saraiva Pereira, integrante do Serviço de Genética Médica do HCPA e uma das responsáveis pelas análises, cada estudo pode levar até dois meses, dependendo da demanda. Está em andamento o estudo de 130 pares,

e a previsão é de que até meados do primeiro semestre deste ano cerca de 1/3 do material coletado já tenha sido avaliado. Roberto Giugliani, coordenador do INaGeMP, ressalta que além do material genético são necessárias informações adicionais sobre a história das famílias para que seja possível estabelecer a ligação entre as pessoas: datas e locais de nascimento, por exemplo. O questionário deve conter perguntas objetivas: irmãos, filhos? Ainda que este não seja o foco do Instituto, Giugliani ressalta a importância de seu engajamento no projeto Reencontro: “É um serviço prestado à comunidade na busca do resgate dessas famílias, assim como uma tentativa de minimizar a dívida social do país para com essas pessoas”.

## O isolamento era imediato e incontestável, e sem qualquer esclarecimento sobre a doença aos enfermos

A função de identificar as famílias separadas é do Morhan, e compete ao INaGeMP estar presente nas campanhas realizadas nos estados para coletar o material genético que será analisado na UFRGS, sede do Instituto. Nessas ocasiões, os pesquisadores também aplicam o questionário cujas respostas serão armazenadas num banco de dados sobre a vida familiar daqueles que tiveram seu material genético coletado. Participam do Reencontro, além dos professores Roberto e Maria Luiza, a professora Lavinia Schüler-Faccini, do Departamento de Genética da UFRGS, três alunos da pós-graduação e uma

estudante de iniciação científica. Depois de coletadas amostras de saliva durante as campanhas, é realizada a extração do DNA desse material no Departamento de Genética da Universidade. A terceira etapa ocorre no HCPA, quando são verificadas as variações no material genético dos pares. Com esse resultado, mais as informações do banco de dados, será possível chegar-se ao percentual de probabilidade do parentesco.

**Esperança** – Em breve, Rita de Cássia Ferreira Barbosa espera estar entre esses brasileiros que terão seus vínculos familiares oficialmente restabelecidos ou identificados. Em 1974, com 20 anos de idade, ela foi retirada subitamente de sua família e levada para a Colônia Curupaiti, em Jacarepaguá, no Rio de Janeiro, hoje Instituto Estadual de Dermatologia Sanitária. Grávida e sem qualquer informação a respeito da doença de pele diagnosticada no Hospital dos Servidores, ela foi informada de que deveria procurar um posto de saúde, pois ali não poderia seguir seu pré-natal. “Minha vontade foi de me suicidar”, confessa. Mas logo mudou de ideia, pensando que não deveria ser uma enfermidade tão devastadora. A primeira vez que Rita ouviu claramente o nome da doença de que estava sofrendo foi na sala de pós-parto do Hospital Colônia, por meio de outra paciente que acabara de amputar a perna e dividia o espaço com ela e outras pessoas: “O que você tem é lepra, não é outra coisa, não”. Rita ficou apavorada e surpresa, pois pensava que lepra fosse doença de cachorro.

Assim que pôde levantar, a enfermeira permitiu que visse sua filha a uma distância de uns 15 metros: “Ela falou que não podia me entregar minha menina porque eu ainda não tinha começado o tratamento. Concordei, achei melhor mesmo”. Dias depois, assustada com o comentário de outra interna de que o pai de sua filha poderia lhe retirar a guarda da menina, alegando o problema da doença, pediu a seus pais que registrassem Giovana. Hoje, passados quase 40 anos,

mãe, filha e neto vivem juntos em Curupaiti e são ativistas pelos direitos das pessoas atingidas pela hanseníase. Rita tornou-se uma mulher determinada e de ânimo forte, até porque sua família que ficou além-muros do hospital-colônia nunca a abandonou. Mas a felicidade vai ser total quando ela puder ver na carteira de identidade de Giovana no espaço destinado à filiação: Rita de Cássia Ferreira Barbosa [mãe]. “Aí ela vai ser minha filha de direito, porque de fato ela nunca deixou de ser”, sorri.

**Lutas e vitórias** – Quando Rita de Cássia foi levada para a colônia de Curupaiti, além do desconhecimento sobre a doença, ela também ignorava que desde 1960 a internação compulsória não estava mais em vigor. Ainda assim, casos como o dela seguiram ocorrendo por mais 16 anos, sendo que, em alguns lugares, prosseguiu até a década de 80. “Temos relatos de segregação de filhos do início dos anos 90”, registra Artur Custódio, coordenador nacional do Morhan. Arbitrariedade, segundo o ativista, que esteve presente desde a implantação dos hospitais-colônia: “Em 1953 já havia uma recomendação mundial de acabar com a política de segregação e de separação de filhos. Mas a maioria dos países, e não foi apenas o Brasil, continuou repetindo essa prática”, condena.

Por meio do projeto Reencontro, Artur não faz ideia de quantos filhos de ex-hansenianos serão identificados. Segundo ele, o Movimento já realizou audiências públicas nos estados do Acre, Pernambuco, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo, quando é feita a divulgação do projeto e a coleta da saliva para os testes de DNA. Nessas ocasiões, sempre está presente um dos integrantes do INaGeMP para orientar a coleta. “Queremos atingir todas aquelas pessoas que tenham ou acreditem ter vínculo com ex-hansenianos, ou mesmo pais que procuram seus filhos, para que possam vir a reencontrá-los ou mesmo conhecê-los”, reforça.



Atualmente, 34 ex-pacientes de hanseníase ainda vivem na Colônia de Itapuã, que já chegou a abrigar cerca de 2 mil internos

## Segregação entre os excluídos

A hanseníase não é hereditária e sua contaminação ocorre pelas vias aéreas. Ela é causada pelo bacilo de Hansen, o *Mycobacteriu leprae*, um parasita que ataca a pele e os nervos periféricos, mas que pode afetar órgãos como o fígado, os testículos e os olhos. Segundo a Organização Mundial de Saúde, a maioria das pessoas é resistente ao bacilo e não desenvolve a doença. Aproximadamente 95% dos parasitas são exterminados na primeira dose do tratamento, eliminando a chance de contágio. O tratamento tem a duração aproximada de um ano, e o paciente pode ficar completamente curado, não havendo a necessidade de isolamento, e de a pessoa retirar-se de suas atividades normais. Tanto o tratamento quanto a distribuição de remédios são gratuitos.

Diferente de estados como o Acre, por exemplo, que concentra o maior número de filhos separados dos pais sem qualquer registro dos recém-nascidos. O Rio Grande do Sul, além de ser o estado brasileiro com menor incidência da doença, não registra, ou foram raros os casos em que os pais perderam de vista o paradeiro de seus filhos, ainda que tenham sido

afastados de sua convivência, ou em que estes filhos não saibam de seu vínculo com pais ex-hansenianos. Experiências dolorosas, como a de João Saldanha, que aos 89 anos ainda vive no Hospital Colônia de Itapuã, a 58 km de Porto Alegre.

– Eu tenho alguém por mim – comentou lá pelas tantas com Juraci Castro Correia, a assistente social da instituição, puxando do bolso do casaco a foto de uma menina de uns oito anos de idade. – É minha filha – acrescentou.

– Mas o senhor nunca disse que tinha uma filha – argumentou a funcionária.

– É que eu não podia ajudar e agora com esse dinheiro [pensão especial concedida via Medida Provisória n.º 373] eu quero ajudar. Mas eu dependo da senhora, porque não sei pra onde ela foi.

Sempre muito discreto sobre sua vida pessoal, João nunca havia comentado sobre a filha que não via há 35 anos. Depois dessa revelação, Juraci começou a fazer alguns contatos em busca de informações para descobrir o paradeiro da menina da foto, que já estaria com 40 anos de idade. Falou com o prefeito de

Uruguiana, que colocou anúncio no rádio, espalhando a notícia por toda a cidade. Só que a recepção não foi nada boa, a filha não queria saber do pai desconhecido, alegava não ter vínculos a resgatar. Depois de longa conversa de persuasão ao telefone, Juraci conseguiu convencê-la a visitar o pai, que, desde então, passa as festas de final de ano com a filha e os netos.

Assim como João, outros 33 ex-pacientes de hanseníase ainda vivem na Colônia de Itapuã, que já chegou a abrigar cerca de 2 mil pacientes. Eles têm em média 70 anos. Há 21 anos trabalhando no hospital, Maria Regina Augustin foi a primeira enfermeira formada a ser contratada pela instituição, em 1991. Até então, tudo estava concentrado nas mãos das freiras franciscanas que administravam a Colônia: “O grau de contaminação era enorme”, relata. Havia também médicos, um bioquímico e um dentista a cada 15 dias. De acordo com Regina, se por um lado as freiras agiam como donas do local, beneficiando seus pacientes protegidos, por outro, fechavam os olhos ao comportamento inadequado de alguns médicos que, além de não cumprir sua carga horária no

local, ainda traziam companhias femininas para seus plantões. “O que era muito ruim para a imagem do hospital”, observa, “ninguém queria vir trabalhar aqui.”

Fundada em 1940, desde 1972 a colônia atende também a pacientes psiquiátricos, originários do Hospital São Pedro, de Porto Alegre. Quem chega ao Hospital Colônia de Itapuã, depois de longo tempo de estrada, vê a cada quilômetro escassearem os sinais urbanos. Então, chega-se à *zona sadia*, conforme designação original. Nela, estão os prédios da administração, a residência do médico diretor, as casas geminadas dos funcionários, uma usina geradora de eletricidade, a garagem e a moradia do motorista.

Na sequência, vem a *zona intermediária*, formada pelos prédios da administração, da padaria, a casa das irmãs (afastadas por Alceu Collares em 1991), hoje em ruínas, o pavilhão de observações e a casa do capelão. Por último, encontra-se a *zona suja*, na qual se entra sob um portal onde está inscrito: “Nós não caminhamos sós”. Logo que os pacientes psiquiátricos foram morar lá, os hansenianos pediram que se estendesse como divisória uma longa cerca de arame

farçado, “separando a loucura da lepra”, explica Regina, cuja primeira providência ao assumir a função dietiva, designada especialmente por Collares, foi solicitar a retirada do Muro de Berlim, como era conhecido.

Nesse setor, atualmente ocupado em apenas 30% de suas instalações, existem 14 pavilhões, 11 casas geminadas, muitas delas em ruínas, cozinha, refeitório, necrotério, oficinas e o cemitério. Há também o prédio das diversões, conhecido como Cassino, onde no passado os internos assistiam a filmes e faziam suas festas. O prédio da igreja protestante, embora abandonado, tem uma arquitetura esmerada. Sob o capinzal no fundo da Colônia fica a prisão, para onde eram levados aqueles que fugiam do hospital e eram resgatados como criminosos pela polícia sanitária. A capela da igreja católica também está em desuso, depois que as freiras deixaram a administração. O padre só vem rezar missa se for pago pelo serviço, relatam as funcionárias. Atualmente, além dos internos, o Hospital atende à comunidade do entorno, cerca de 7.500 pessoas da Vila de Itapuã e do município de Viamão.

## Memórias do desamparo

Com a alegação de preservar a vida das crianças sadias filhas de hansenianos, elas eram afastadas compulsoriamente de seus pais, especialmente as recém-nascidas. As nascidas em Itapuã, no Rio Grande do Sul, que recebia pessoas de todo o estado, eram encaminhadas imediatamente para o Amparo Santa Cruz, no bairro Belém Velho, zona sul da capital. Destituída de qualquer ação mais responsável quanto às consequências advindas da internação compulsória, a política nacional de combate à lepra no Brasil deixou outras tantas sequelas, físicas e mentais.

Quando Clarice foi levada a morar com seus pais no Hospital Colônia de Itapuã, em 1987, estava com seis anos de idade. Com ela, vieram outras quatro crianças filhas de ex-hansenianos, todos egressos do Amparo (Santa Cruz), para onde haviam sido levadas logo ao nascer. Seus dois outros irmãos foram “adotados” pelo irmão mais velho, que já estava adulto e com vida feita longe de Itapuã. Hoje com

31 anos, formada técnica de enfermagem, Clarice trabalha especialmente com pessoas com problemas mentais. Os outros que chegaram com ela ao Hospital Colônia, entretanto, não foram capazes de superar tantas mudanças drásticas em suas vidas, e todos, cada um ao seu jeito, acabaram tirando a própria vida pouco mais que adolescentes. “Simplesmente fomos tirados de lá e entregues para uns pais que nem conhecíamos direito”, desabafa.

Não que a vida no Amparo fosse fácil. Clarice recorda o dia em que as freiras ameaçaram colocar todos nus, meninos e meninas, se não aparecesse uma coisa que havia sumido. “Eu lembro bastante disso, ficou muito marcado porque foi muito constrangedor. Eu tinha só cinco anos.”

Os momentos alegres ficaram na lembrança do pai, Matheus, natural de Santa Rosa, e que veio para a colônia com sua mãe em 1947. Ele estava com 14 anos de idade e ambos trabalhavam na roça com a família. Com os olhos cheios d’água e sem saber

exemplificar algum momento em especial, comenta: “Ele desenvolveu um amor por mim”.

“Ela sempre foi os dengues do pai”, brinca Valdeci, mãe de Clarice, viúva de Matheus, aos 71 anos. Há mais de 30 ela cuida sozinha de Silvana, única filha que foi devolvida antes que a lei autorizasse o retorno dos filhos dos moradores dos hospitais-colônia. “Eles levaram ela ‘sãzinha’ e me devolveram dura como um pedaço de pau”, relata Valdeci, criticando as freiras do Amparo de onde a filha voltou aos quatro anos de idade tetraplégica e com problemas neurológicos, depois de uma internação às pressas num hospital em Porto Alegre, onde teve duas paradas cardíacas e ficou em coma por seis meses. “Até hoje não apareceu nenhum responsável”, condena Clarice. Mas sua briga hoje é tentar convencer dona Valdeci a trocar a enfermaria em que mora com Silvana e ir viver com ela e o esposo. Gabriel, em sua casa a 12 km da colônia, comenta: “Nem uma nem outra teve a chance de ter uma vida diferente”.

## Perda irreparável

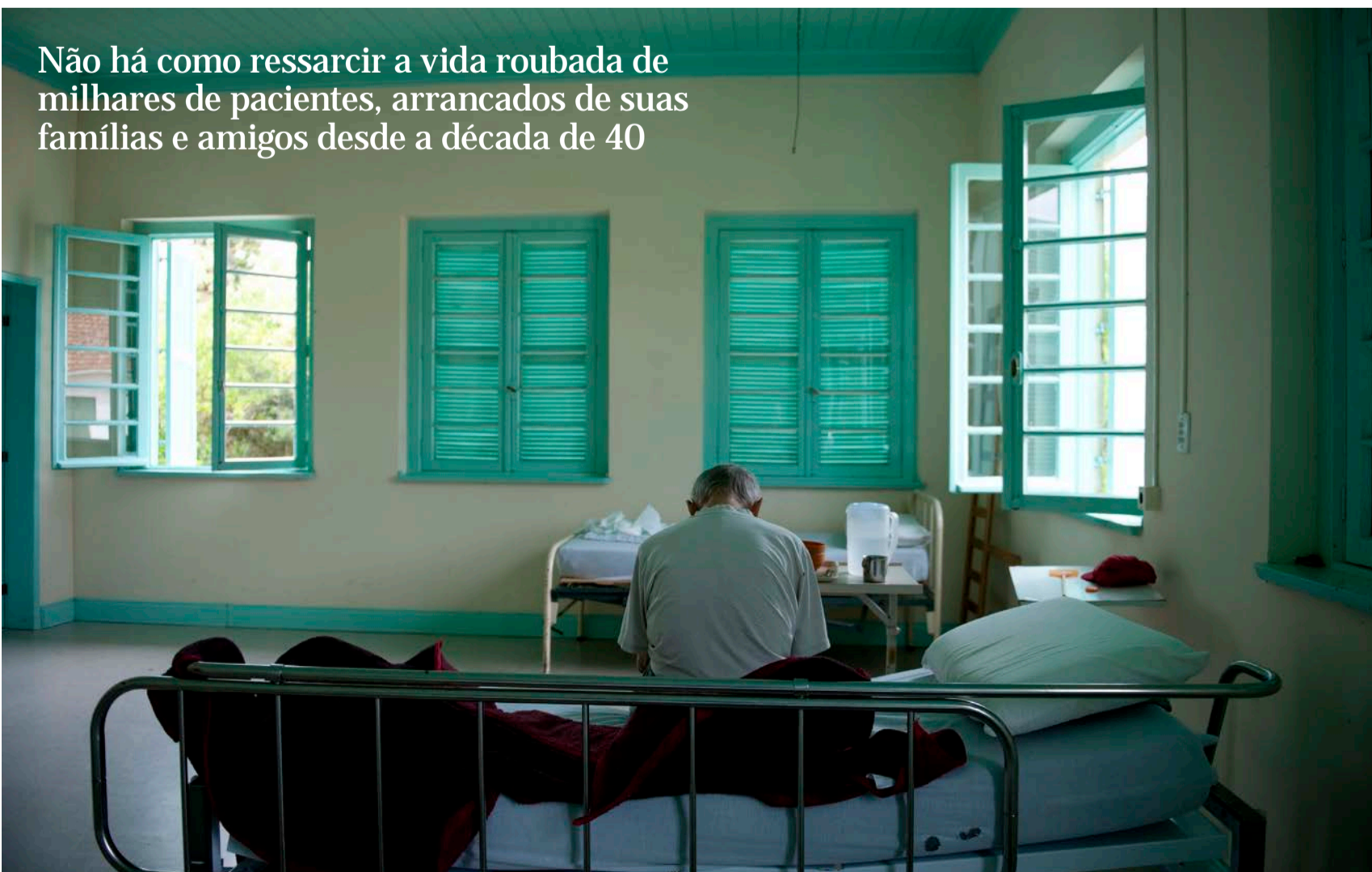
Recentemente, voluntários do Morhan localizaram um rapaz com problemas mentais abandonado em um educandário em Recife. Suspeitando de sua filiação, descobriram que ele possuía vários meios-irmãos por parte de pai. Um grupo desses irmãos aceitou fazer o teste, ficando comprovado o parentesco. Com isso, o rapaz passa a ter direito à indenização dos filhos afastados de seus pais, um dos objetivos do Projeto Reencontro. O segundo aspecto positivo, segundo o coordenador da ONG, é que, a partir da confirmação de parentesco, esse jovem terá direito também a um curador que não seja o Estado, mas um irmão – ou meio-irmão – legítimo, que cuide dele para que não prossiga em situação de abandono.

Ainda que não haja como recuperar as perdas advindas de uma vida de clausura imposta aos doentes de hanseníase, como aconteceu por quase meio século em nosso país, desde 2007, os ex-hansenianos têm direito à pensão especial vitalícia no valor mensal de R\$ 750. Neste sentido, o Brasil foi a segunda nação no mundo a indenizar quem foi segregado em hospitais-colônia. O primeiro foi o Japão. O direito foi reconhecido pelo Governo Federal, por meio da Medida Provisória n.º 373, e regulamentada pelo Decreto n.º 6.168, ambos de 2007. Já foram beneficiadas cerca de oito mil pessoas, moradoras ou não dos 33 hospitais-colônia ativos no país.

## Disque 0800

Os interessados em participar do Projeto Reencontro devem entrar em contato diretamente com o Morhan através do 0800.026.2001 ou pelo do endereço eletrônico morhan@morhan.org.br.

Não há como ressarcir a vida roubada de milhares de pacientes, arrancados de suas famílias e amigos desde a década de 40







A guerra tem questões mal resolvidas na Argentina, como o caso dos ex-combatentes que ainda reivindicam do governo argentino cobertura médica e indenização por dano moral

# Conflito sem solução

**Ilhas Malvinas**  
*A disputa entre Argentina e Inglaterra data do século XIX e levou a uma guerra que teve motivações políticas*

Everton Cardoso

“Em Port Stanley, às 9 horas da noite (horário das Ilhas Falkland), hoje à noite, 14 de junho de 1982, o major-general Menendes rendeu a mim todas as forças armadas argentinas nas Falkland oriental e ocidental juntamente com suas bagagens. Arranjos estão sendo feitos para juntar os homens para retornarem à Argentina, pegar suas armas e equipamentos, e marcar e colocar em segurança suas munições. As Ilhas Falkland estão uma vez mais sob o governo desejado por seus habitantes. Deus salve a Rainha. Assinado: J. J. Moore.” O telegrama enviado desde o arquipélago de 12.200 km<sup>2</sup> situado no Atlântico Sul marcou o fim daquele que foi um dos maiores conflitos armados das últimas décadas na América do Sul, a Guerra das Malvinas. A disputa entre Inglaterra e Argentina, porém, vinha de longa data e não se resolveu com a rendição do país sul-americano.

Não há um consenso nem mesmo sobre quem teria sido o primeiro explorador europeu a aportar no pequeno arquipélago que fica a cerca de 500 km da costa do território hoje pertencente à Argentina. Diz-se que o mercador e cartógrafo florentino Américo Vesúpcio poderia ter chegado a essas terras insulares em 1504, antes de qualquer outro europeu. Espanhóis e ingleses, porém, preferem disputar

entre si essa primazia, ainda que uma das teses mais difundidas seja a de que teria sido um marinheiro neerlandês, Sebald de Weert, o primeiro a avistar essas porções de terra em 1600. Depois disso, franceses também estiveram por aquelas ilhas.

Depois de diversas negociações entre espanhóis, franceses e ingleses, nos séculos XVIII e XIX, o Império Britânico tomou posse do arquipélago em 1833. Escoceses, galeses e irlandeses foram enviados para colonizar o lugar. Desde então, a Argentina mantém uma reivindicação de posse. A disputa tomou corpo novamente no final dos anos 1970, época em que o governo argentino tentou ocupar o território.

Segundo o professor do Colegio Nacional de Buenos Aires e pesquisador argentino Federico Lorenz, as causas do conflito entre ingleses e argentinos podem ser pensadas a partir de dois tempos. Um primeiro, seria o passado histórico de disputas entre as duas nações pela posse. O outro, que ele descreve como mais conjuntural, teria sido durante o governo ditatorial argentino, que ocupou o poder entre 1976 e 1983. “A ditadura, que em 1982 estava sendo bastante questionada internamente no país, produziu um desembarque no dia 2 de abril como forma de gerar coesão interna”, explica. Era uma maneira de aproveitar o consenso existente entre os argentinos no que se refere a essa questão. “Em um plano mais geral, a disputa pelas ilhas era e é também econômica, em relação tanto a sua posição estratégica quanto a seus potenciais recursos petrolíferos ou pesqueiros”, complementa o autor de vários livros sobre o assunto. “Os objetivos da ditadura não foram primordialmente econômicos, e de fato [os governantes de então] não adotaram nenhum tipo de medida econômica quanto a capitais britânicos durante o conflito”, acrescenta.

O professor e pesquisador do PPG em História da UFRGS César Guazzelli, que atualmente se encontra em estágio pós-doutoral em Buenos Aires, também relativiza a associação da guerra travada

pela Argentina a razões econômicas: “Talvez a exploração de petróleo venha a ser economicamente significativa. No entanto, até o momento, essas eventuais reservas permanecem intocadas, o que significa que elas ainda não são lucrativas”, explica.

**Ditadura em crise** – De acordo com Guazzelli, a Argentina passava por um momento bastante difícil em termos econômicos e políticos. Foi a época em que movimentos e organizações sociais

**Existe uma ambiguidade entre a forte presença de uma causa nacional e o compromisso com os mortos**

começaram a ganhar visibilidade. “Os efeitos de uma liberalização na política econômica se faziam sentir, com inflação pronunciada, arrocho salarial sem precedentes, altos índices de desocupação, empobrecimento geral dos trabalhadores e dos grupos médios urbanos”, analisa. De acordo com o pesquisador, “o país optou pela exportação de artigos primários, liquidando com muitos setores industriais já consolidados”.

De alguma maneira, o objetivo al-

mejado pelos ditadores foi alcançado: a recuperação das ilhas, ainda que temporária, obteve certo consenso entre a população. “Em lugares do país de onde saíram a maioria dos soldados, ou na Patagônia continental, existia um apoio importante, mas este era menos triunfalista que em Buenos Aires, já que a guerra afetava seus habitantes de um modo muito mais direto”, conta Federico Lorenz. Morador de Buenos Aires, na época tinha 11 anos. “Minha lembrança é de uma sociedade superficialmente mobilizada na capital, muitas atividades de apoio aos soldados nas escolas. Enviávamos cartas e pacotes com agasalhos e guloseimas. Estávamos muito atentos ao rádio e aos jornais”, relembra.

**Conflito a resolver** – Ao avaliar as consequências da guerra, César Guazzelli diz que houve uma euforia generalizada no país. “Atingiu até setores insuspeitados de argentinos, incluindo exilados políticos que até se alistaram como voluntários para defender os territórios retomados aos britânicos”, aponta. O governo militar de então não imaginava, porém, que não receberia o apoio internacional esperado. Os Estados Unidos, comprometidos com a defesa do continente pela Doutrina Monroe, preferiram não intervir. Entre os vizinhos sul-americanos, o Chile – depois de um momento de neutralidade – tomou o partido da Inglaterra, principalmente por causa de disputas territoriais com a nação vizinha, que fica a oriente da Cordilheira dos Andes.

Os outros dois vizinhos do Cone Sul, Brasil e Uruguai, por sua vez, apoiaram formalmente a Argentina, ainda que até hoje haja suspeitas de que operações militares britânicas tenham sido realizadas nesses países. Um inesperado apoio veio dos soviéticos, que então precisavam comprar trigo argentino – negócio esse motivado por um embargo norte-americano. A derrota no conflito, além de ter mostrado a fragilidade de alianças internacionais, expôs a fraqueza do regime ditatorial então vigente e encaminhou o processo de redemocratização.

O tema da Guerra das Malvinas ainda é pouco estudado e debatido na Argentina, de acordo com Lorenz. “Existe uma ambiguidade entre a forte presença de uma causa nacional e o compromisso com os mortos, e o fato de que esse conflito foi conduzido por uma ditadura que violou os direitos humanos em seu próprio país”, explana. Em relação à possessão inglesa, o pesquisador diz que não há legitimidade, se considerados os antecedentes históricos – ponto de vista esse corroborado pela postura adotada pela ONU, que chama a Inglaterra a negociar e reconhece uma situação de colonialismo no território em disputa. É preciso, porém, considerar a existência de uma população de fala inglesa que habita as ilhas há quase 180 anos e cujas demandas devem ser levadas em consideração pela nação sul-americana. A diplomacia argentina posiciona-se de modo a respeitar os interesses desses habitantes, mas não os leva em consideração. Afinal, eles são ingleses.

## Disputa pelo nome

Um dos nomes por que é conhecido o conjunto de ilhas foi atribuído, no século XVIII, pelo explorador oriundo da França Louis Antoine de Bougainville: Îles Malouines, que mais tarde deu origem ao nome utilizado pelos argentinos. A denominação do lugar ainda está indefinida e ressalta a polêmica disputa pelo território: Malvinas, para os argentinos; Falkland, para os ingleses. Nem mesmo a ONU, segundo orientação de seu comitê pela descolonização, adota um nome único. Isso representaria

tomar partido ou da nação europeia ou da sul-americana no batismo – e consequentemente na posse – do território. A recomendação, então, é sempre usar ambos os nomes nos documentos oficiais do órgão, que pretende ajudar a resolver os conflitos existentes entre países. O comitê, formado por representantes de 29 nações que tentam mediar os processos de autonomização de 16 territórios ainda colonizados em todo o mundo, tem recomendado às duas nações que resolvam a disputa o quanto antes.





# Pesquisas na Antártica devem ganhar novo rumo

**Reorganizar a casa**  
Após o incêndio que destruiu a Estação Comandante Ferraz, cientistas veem oportunidade de crescimento na ciência brasileira

Ânia Chala

Quase dois meses após o incêndio que destruiu boa parte das instalações da Estação Comandante Ferraz, situada na ilha Rei George, a Oeste do Continente Antártico, pesquisadores da Universidade fazem um balanço do que deve mudar no planejamento e na execução das atividades científicas realizadas pelo Brasil.

Segundo os professores Jefferson Cardia Simões e Francisco Eliseu Aquino, do Centro Polar e Climático, o sinistro não afetou diretamente os estudos realizados no continente gelado. No entanto, alertam para o fato de que todo o Programa Antártico Brasileiro (Proantar) terá de ser reestruturado. "Felizmente, a UFRGS é hoje a única instituição do país a ter uma logística independente. Somos parte essencial do Proantar, mas, devido às nossas necessidades no interior do continente, criamos ao longo dos últimos cinco anos uma logística própria: alugamos aviões com os quais vamos a praticamente qualquer lugar da Antártica. A instalação do módulo científico Criosfera I, por exemplo, foi feita de maneira totalmente independente", explica Jefferson. Inaugurado em 12 de janeiro deste ano a 2.500 km ao sul da Estação Antártica Comandante Ferraz e a 670 km do Polo Sul Geográfico, constitui-se no módulo científico latino-americano mais ao sul do planeta.

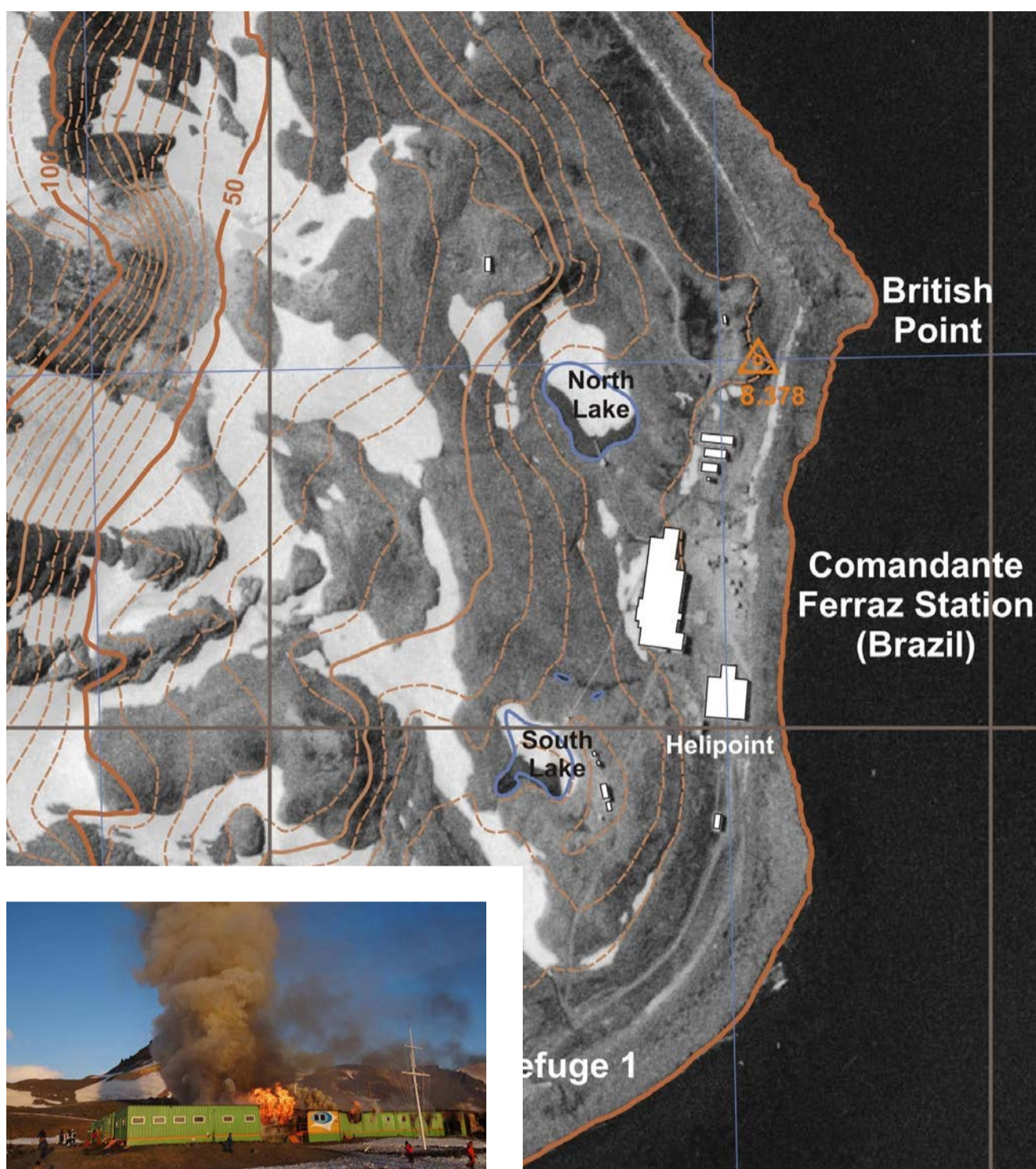
Ele ressalta que a equipe de pesquisadores da Universidade utiliza acampamentos como consequência do treinamento em exploração polar, que possibilita independência no planejamento e na gestão da investigação científica. Jefferson foi o primeiro cientista brasileiro a ser treinado nessa área nos institutos de pesquisas polares da Inglaterra. "Nossa forma de trabalhar também se ocupa da questão da sustentabilidade: procuramos provocar o menor impacto ambiental possível e também o menor custo, inclusive

pessoal, para nós, cientistas. Vamos lá, fazemos a pesquisa, retiramos o máximo de dados num período de até dois meses e meio e levantamos acampamento. São barracas polares carregadas em aviões-cargueiro russos, cujo custo pelo transporte é dividido com outras expedições. Os aviões saem da cidade chilena de Punta Arenas e seguem direto para 80 graus sul. Chegando lá, ficamos num acampamento-base e aí pegamos um velho DC3 modificado com esquis para viajar mais cerca de 500 km em direção ao Polo Sul Geográfico", descreve. Conforme o pesquisador, enquanto a logística da Marinha é para o oceano e para a costa da Antártica, o pessoal do CPC atua num continente de 4.500 km de extensão e usa o meio aéreo. "Tudo isso envolve a capacidade de gestão do cientista, tanto do aspecto logístico e de planejamento quanto da gestão de pessoas."

**Crise expôs deficiências** – O modo como os pesquisadores da UFRGS estruturaram seu trabalho evitou que, no momento do incêndio na Estação, houvesse qualquer prejuízo. Jefferson assinala que 60% dos 33 projetos brasileiros não foram afetados diretamente pelo incidente. Delegado do Brasil no Comitê de Pesquisas Antárticas, que é parte do Conselho Internacional para as Ciências, Jefferson é atualmente o cientista sênior do Programa Antártico. Por conta disso, seu colega Francisco Eliseu Aquino observa que "toda a comunidade científica vem 'chorar' no ombro dele".

Jefferson e Francisco concordam que o incêndio expôs uma série de deficiências, mas acreditam que esta pode ser também uma oportunidade de dar maior visibilidade ao Programa Antártico Brasileiro. Para Jefferson, é importante considerar duas questões: o desconhecimento do que é o Proantar e a visão que muitos de seus colegas no Brasil ainda têm de achar que o país está isolado. "O sistema ambiental é único e indivisível, e a proximidade da Antártica com o Brasil exerce forte influência no controle do nosso cotidiano. Isso a gente está tentando mostrar não só para o público, mas para a própria academia: o papel da Antártica no nosso sistema ambiental e como ela é sensível a pequenas variações", reitera o cientista.

**Exploradores nada românticos** – Um dos aspectos a serem trabalhados a partir do incidente na Estação, na opinião de Jefferson, é o fato de que o público ainda tem a visão do Programa Antártico de 1982, criado pelo governo militar, quando os cientistas brasileiros não tinham habilidade alguma para ir



Localizada na Ilha Rei George, a estação científica brasileira pegou fogo na madrugada de 25 de fevereiro, vitimando dois militares da Marinha. Em março, o governo federal destinou 40 milhões para os trabalhos de reconstrução.

à Antártica, nem os militares, pois não se sabia o que era a Antártica. Atualmente, a situação é totalmente diversa pelo avanço científico e tecnológico e dos próprios meios de comunicação e, principalmente, pela formação de especialistas em nosso país.

O professor Francisco observa que ainda parece persistir certa visão romântica baseada na figura dos antigos exploradores. Jefferson acrescenta que essa é uma fantasia porque hoje é relativamente fácil ir à Antártica se você tiver recursos. "Os meios de comunicação acabaram com o romantismo. Como brinco com minha esposa, dá para fazer a lista de supermercado por 1 dólar o minuto, o que é mais barato do que o custo das ligações de celular no Brasil. E com o GPS ninguém se perde mais."

Por outro lado, Jefferson considera que a visão sobre o papel da Ciência evoluiu bastante: "Nós temos de estar lá gastando recursos e o nosso tempo para produzir conhecimento, do contrário, como contribuinte, eu seria contra. É preciso produzir o máximo possível e trazer essa informação. E, principalmente, no caso do nosso país, procurar relações com o meio ambiente. Temos de prestar contas para a sociedade, o que é essencial num sistema democrático. Quem não entender isso na comunidade científica vai ficar para trás, porque os outros países já o fazem". Na opinião do pesquisador, persiste na universidade brasileira o mito da erudição e a ideia de se está acima do resto da sociedade. "Isso nunca vai acontecer! É a universidade que tem de

ir à sociedade. Essa é uma mudança de paradigma que alguns colegas novos já entenderam, mas muito aqui no Brasil ainda não enxergam. Esse processo já se iniciou na Inglaterra e nos Estados Unidos há 30 anos, porque a sociedade tem curiosidade pela ciência", pondera.

Para Francisco, essa visão romântica talvez se deva ao próprio ensino na graduação. "Durante o curso, a gente passa algo que faz parte de uma tradição, e talvez o aluno considere que é preciso seguir exatamente aqueles passos para ir adiante. Esquecemos de dar um treinamento mais pragmático e agressivo, que é o de ir à frente e mostrar os resultados." Jefferson concorda, acrescentando que hoje a Ciência é algo feito em grupo, não existindo mais lugar para a figura do pesquisador solitário.

## Centro Polar e Climático

O CPC é sede do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia da Criosfera, órgão que congrega o Observatório Nacional, o Inpe de Santa Maria, a Oceanografia da FURG, a Oceanografia da USP e as Universidades Federal de Viçosa e Estadual do Rio de Janeiro. Jefferson Simões, coordenador do CPC, conta que o Centro tem hoje cerca de 38 pessoas da UFRGS – 18 professores e técnicos e quase 20 bolsistas, desde estudantes de iniciação científica até pós-doutores.

Liderando o INCT da Criosfera, a UFRGS administra cerca de 50% da pesquisa científica do Programa Antártico. "Eu creio que não só a Universidade, mas também o estado do Rio Grande do Sul devem liderar esse programa cada vez mais. Por questões de proximidade, questões políticas e ambientais, nós temos quase a obrigação de tomar à frente desse processo. Até porque temos toda uma tradição nessa área que não começou ontem. E a

grande diferença é que ela é muito mais ampla tanto geograficamente quanto nas áreas de conhecimento. Alguns grupos fazem pesquisas de grande qualidade no Programa Antártico, mas são especializados em apenas uma área, o que não é o nosso objetivo, que é ter uma visão interdisciplinar. Hoje, na UFRGS, trabalhamos na área de Geografia Polar, Geociências, Sensoriamento Remoto, começamos a entrar em alguma coisa de oceanos, mas faltam biólogos. Tudo isso visando fazer crescer o nosso papel dentro do Programa", observa o glaciólogo Jefferson.

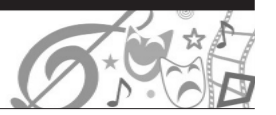
Também ligado ao CPC, o professor Francisco Aquino diz que a estabilidade financeira dos INCTs permitiu lançar o módulo científico, sabendo que haverá dinheiro para a manutenção por pelo menos três anos. "Isso está dando respaldo científico ao Programa Antártico Brasileiro, porque a imagem que a sociedade brasileira tem da Antártica é a de uma base da Marinha. Mas se trata de uma estação

científica administrada pela Marinha. Ocorre que a forma como isso sempre foi veiculado pela imprensa dá a entender que se trata de uma base militar. Esse, sem dúvida, é um equívoco de comunicação." Francisco assinala que a localização da estação – numa ilha, e não no continente –, por exemplo, foi escolhida do ponto de vista logístico, considerando a facilidade de acesso por navio. "Para uma nação sem experiência na área, naquela época, pareceu uma escolha lógica. Hoje em dia, nenhum país faz isso. Primeiro se pergunta qual a nossa vocação científica e a capacidade de investimento para depois decidir se haverá bases, quantas, de que tamanho, e a vida útil delas para um determinado objetivo científico. Provavelmente, agora teremos a oportunidade de redefinir as metas científicas, vinculadas à Estação, e com isso vamos delimitar o novo projeto.

Francisco ressalta ainda que o módulo científico Criosfera I não tem dependência de combustível

fóssil, é pequeno e executa a ciência para a qual foi programado. "Isso significa que não é preciso ter grande quantidade de alimento estocada nem sistema de tratamento de esgoto. Eu impacto menos o ambiente estando efetivamente presente como ciência. Quem sabe a gente possa ter uma Criosfera II e III, dedicadas a especificidades de outras áreas do conhecimento científico brasileiro em regiões mais remotas até, em que você coloca equipes pequenas por um curto espaço de tempo, conseguindo produção científica de alta qualidade. Claro que não queríamos perder a Estação num incêndio, mas é o momento de fazer uma revisão geral e de mostrar que se faz muito mais na Antártica do que se achava que se fazia. E isso vai continuar, independentemente do que ocorreu na Estação. Pontualmente, alguns projetos estão afetados. Mas, em três ou quatro anos, o Programa deve voltar à Estação", conclui.





RICHARD JOHN/DIVULGAÇÃO



# Memórias e sombras

Para o artista, o desenho é uma forma de organizar as ideias, as intenções e, também, de manter a atividade artística paralela à docência

## Flavio Gonçalves Exposição com uma síntese das principais fases do trabalho do desenhista e professor da UFRGS na Sala Fahrion

Everton Cardoso

Num processo de recuperação da memória e de revisitação de sua carreira, o artista Flavio Roberto Gonçalves chegou a uma seleção de 70 obras que simbolizam 30 anos de trabalho. A próxima etapa do processo que visa criar uma síntese de sua vida como artista, com o apoio do curador Richard John, é escolher apenas algumas obras que sejam representativas das diferentes fases de sua carreira. Essa incursão pelo passado do professor do Instituto de Artes da UFRGS terá como resultado uma exposição que será inaugurada em 24 de abril na Sala Fahrion.

A mostra, que permanecerá em cartaz até 3 de agosto, é a terceira do Percurso do Artista. Este projeto, organizado pela Pró-reitoria de Extensão da UFRGS por meio do Departamento de Difusão Cultural (DDC), pretende recuperar as trajetórias de professores e artistas ligados à Universidade. O artista Nico Rocha e o fotógrafo Luis Eduardo Robinson Achutti foram respectivamente os convidados para as edições realizadas em 2010 e 2011. O homenageado deste ano iniciou sua formação no curso de Artes Visuais, na UFRGS, onde continuou seus estudos até terminar o mestrado. Em 2000, obteve doutoramento pela Universidade de Paris I, Pantheon-Sorbonne. Hoje, atua como professor associado e pesquisador, e mantém sua produção artística.

Em entrevista ao JU, Flavio Gonçalves conta como foi revisitar seu passado e escolher o que será exposto. Além disso, pontua as questões mais presentes em sua obra, fala de sua relação com o desenho e de como se organiza a fim de desenvolver seu trabalho.

### O que significa para ti participar do Percurso do Artista?

Esse projeto dá a possibilidade de abrir as gavetas nas casas de amigos e colecionadores e tentar reconstruir essa trajetória, ter uma visão sobre o que foi feito. É uma espécie de resgate, um momento de parar, olhar para trás e refletir: para onde fui?, para onde estou indo?

### E como foi esse processo de recuperação?

Logo que me convidaram, achei que não ia ter obras suficientes. Depois vi que são quase 30 anos, há um percurso. O curioso é ver o quanto daquilo que estou fazendo hoje tem origem em trabalhos dos quais eu já tinha me esquecido absolutamente. Não é só a gente que visita o passado, às vezes o passado nos faz uma visita. Muitas vezes não sabemos de uma forma muito consciente de onde vem o que fazemos; e quando olhamos o que fizemos há muito tempo, descobrimos que o embrião estava ali. São ciclos.

### Como é possível sintetizar tua trajetória?

Hoje, na Universidade, me sinto muito mais professor do que artista. Não me considero um artista profissional, que vive de arte, trabalha e expõe. Eu sou um artista-professor – muito mais professor – que procura, com muito esforço, não abandonar totalmente o ateliê. É muito fácil abandonar, pois há uma série de coisas que são muito mais claras e definidas do que tentar construir algo. Tenho conseguido manter as duas coisas mais ou menos equilibradas.

### Quais seriam as principais linguagens ou características visuais de tua obra?

Existe uma coisa que perpassa tudo: o desenho como linguagem preponderante. E é impossível falar de desenho e não falar de projeção, desejo, transporte, linha, traço e de tudo aquilo que tem a ver com esse universo. A iconografia dos trabalhos fala um pouco de memória. Eles não têm uma ligação muito forte com temáticas específicas, mas com um debruçar-se sobre a linguagem que utiliza e fazer dela uma possibilidade de significação. Falam também sobre essa coisa simples, rápida e de certa forma recorrente para qualquer ser humano, que é o desenho.

### Há algum exemplo mais recorrente em termos pictóricos?

Sombras projetadas. Não consigo conter a vontade de representar aqui-

lo. É uma massa negra, um pouco do próprio mistério da forma e do futuro. Tem algo de simbólico nesse assunto cuja relação com o desenho é muito forte. Mitologicamente, o desenho nasceu de uma sombra projetada. Quando começamos a desenhar e pensar em projeção como uma linha, ela é um nada em termos de matéria, mas de certa forma define tanto luz quanto sombra. É o próprio reino da percepção: a luz e a negação total dela; a sombra em relação ao objeto projetado.

### E são sombras de quê?

Muitas vezes são como as que a gente projeta na parede em jogos de sombra que fazemos quando somos pequenos. São coisas bem simples, às vezes bem-humoradas, outras mais enigmáticas, como elipses e círculos. Enfim, é a ligação da sombra com o desenho, tendo uma espécie de origem psíquica. Em francês, há uma expressão muito curiosa: quando é a sombra projetada de um objeto, eles a chamam de 'sombra portada', e é engraçado porque não tem como algo gerar uma sombra e não portar, mas eles fazem essa distinção. Meus desenhos são sombras portadas. São sombras de objetos na parede, de uma mão, uma silhueta. Falam do desenho como linguagem. Por que o desenho é importante? Por que ainda se desenha hoje? Essas são perguntas muito recorrentes. Para que se desenha? No meu modo de ver, o desenho é uma forma de organizar as ideias, as intenções. Tanto é que, etimologicamente, a palavra teria o sentido de "desejo de intenção". Então, saber desenhar ou ter experiência é muito próximo ao que se deseja. O desejo tem o aspecto de demonstração, de prova do artista, e essa é uma forma de comunicação que cobre uma quantidade muito grande de conceitos. Passa, sobretudo, pela sensibilidade, pela percepção, pelo universo das concepções.

### Como se dá o teu processo de criação?

Geralmente as coisas que 'caem em desenho' são as que estão em volta. É aquilo que está muito próximo de mim. Às vezes me deparo com uma imagem, um objeto na rua, uma foto de jornal que me instiga a fazer com que aquilo sofra uma alteração, uma transformação. Existem coisas que são extremamente objetivas, fruto de encontros, de buscas; e outras que não. Muitas vezes, quando me dou conta, estou utilizando a grade da janela do meu ateliê, por exemplo. Ou mesmo algum outro elemento recorrente e

que era até então absolutamente invisível para mim. É pela recorrência daquela imagem que eu acabo descobrindo de onde vem.

### Como tu organizas o teu trabalho?

Existe um aspecto que é estratégico, que é planejado. E ele é acompanhado de uma série de outros, que são absolutamente fortuitos e inesperados. Não sou um artista que funciona a partir de um programa. Os trabalhos determinam uma série de regras, isso acontece muito de forma intuitiva: as coisas começam e, à medida que a matéria vai tomando forma, eles tomam uma direção. Há alguns trabalhos que nascem prontos.

### Que aspectos intencionais ou planejados destacarias em tua obra? E que questões ela contém?

A sobreposição de imagens e processos de imagens é o que eu busco intencionalmente. Quando entro em qualquer ambiente, olho bem para as coisas sobrepostas – uma cadeira ou uma mesa que se sobrepõem ao armário. Nós vemos as coisas com uma sucessão de obstáculos; não temos nenhuma visão de todo, nenhuma visão de raio X. Essa possibilidade de jogar com essa sobreposição com que eu trabalho cria, altera, transforma, reforma as formas. Algumas imagens ficam transparentes, outras sólidas, e se conjugam a partir de uma ideia de sobreposição de camadas. Isso seria a ligação não daquilo que a imagem significa como objeto, como identificação, mas sim desse aspecto perceptivo pelo qual tentamos sempre olhar para algo por diversos ângulos.

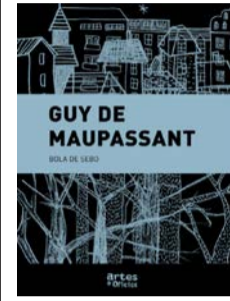
### Quais seriam as tuas referências?

Muitos artistas recentes têm um trabalho muito forte. O principal deles, em termos mundiais, é o inglês David Hockney, ainda vivo. Ele é pintor, mas tem no desenho uma força muito grande. Picasso desenhava muito bem. Hoje em dia, a popularidade do desenho se deve muito à manifestação do desenho na rua. Inclusive, tem artistas que não se enquadram na arte erudita, mas que fazem trabalhos em grafite. Tem um artista americano que, na década de 1980, popularizou muito o desenho nos metrô de Nova Iorque: Keith Haring. Localmente, há uma tradição que fez com que surgissem muitos desenhistas. No Instituto de Artes, no início do século XX, o artista tcheco Francis Pelichek teve muito destaque. Depois dele, Alice Soares e Carlos Pasquetti.

## JU indica

### Bola de Sebo

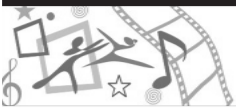
Guy de Maupassant  
Artes e Ofícios, Porto Alegre, 2011  
95 páginas  
R\$ 25



Com o requinte de descrições característico de outra era da literatura, esta novela de Maupassant conta a história de uma prostituta,

Élisabeth Rousset, apelidada de Bola de Sebo. A primeira publicação ocorreu no volume coletivo *As noites de Médan*, em 1880. Nascido em 1850 e falecido em 1893, o escritor – contista por excelência – transforma em tema literário a guerra franco-prussiana, declarada pela França à Prússia de Bismarck em 19 de julho de 1870. O texto, apesar de escrito por um francês, não idealiza o combate, ao contrário, denuncia o absurdo da guerra, revelando o pessimismo característico da obra de Maupassant. A história narrada com diversos méritos em *Bola de Sebo* não traz nenhuma esperança política, sendo a fatalidade a ideia dominante. Entre outras marcas da obra do autor, estão o vocabulário e a sintaxe simples, tornando a escrita acessível a leitores estrangeiros e jovens (tanto que este livro se encaixa na categoria infanto-juvenil, apesar do tema mais "pesado"). Em seus contos fantásticos, ele tece os retratos da alma humana, com seus dilemas e sombras. Durante a batalha, ao fugir do exército invasor, dez moradores da cidade francesa de Rouen são reunidos ao acaso dentro de uma diligência para Dieppe, na esperança de embarcar para o Havre e escapar da ocupação. Junto a esses fugitivos (que representam a sociedade: comerciantes, burgueses, nobres, irmãs religiosas, político) está a protagonista, que encarna a figura do herói quando o grupo é impedido de seguir viagem por um oficial alemão, caso Bola de Sebo não consentisse em dormir com ele. A prostituta recusa – afinal, aquele é um homem que faz parte do povo que invadiu sua pátria e aquilo seria antiético para a sua profissão. Mas diante da insistência de seus companheiros, ela acaba cedendo. Apesar de sua generosidade para com eles, quando deixa de lhes ser útil, volta a ser desprezada. O diferencial desta publicação é a introdução e a apresentação da obra realizadas pelas professoras da Aliança Francesa de Porto Alegre Adriane Sander e Paola Felts Amaro. Ambas têm formação em Letras, com ênfase em língua e literatura francesas. A convite da Artes e Ofícios, coordenam as traduções e elaboram os paratextos da coleção. No primeiro volume (*O horla*, *A cabeleira*, *A mão*, *O colar*, também de Maupassant), contaram com a parceria de outros tradutores. O lançamento seguinte é *Cartas do meu moinho*, de Alphonse Daudet. Ao final desta edição especial, as tradutoras apresentam um breve comentário analítico sobre *Bola de Sebo*, elencando alguns elementos que se destacam e acabam por definir o tipo de narrativa. "Trata-se, na verdade, de um microcosmo social regido pela lei do mais forte, no qual podemos observar igualmente como reagem os homens sob a influência da guerra." Segundo elas, a descrição é um artifício que o autor lança mão para expressar a sua visão do evento histórico. Para encerrar, o trabalho cuidadoso de Adriane e Paola traz uma cronologia completa do universo do escritor, não somente com as ações relacionadas a Maupassant, mas também com o contexto político e social da região de 1850 até o ano de morte do contista. (Caroline da Silva)





ELIANO DUTRA/JU

No sábado, 17 de março, primeiro dia de aula do projeto extensionista, os estudantes aguardavam o início das atividades nos corredores do Instituto de Artes da Universidade

# Alfabetizar musicalmente

## Extensão

### Curso do Instituto de Artes ensina música e prepara para a prova específica do vestibular

Jacira Cabral da Silveira

O sistema de cotas da UFRGS já contabiliza números favoráveis de acesso ao ensino superior a alunos egressos de escolas públicas, sejam ou não autodeclarados negros. Mas há cursos que representam um duplo desafio para seus candidatos porque também exigem a realização de uma prova específica de pré-seleção, estrangulando mais ainda as possibilidades de quem sonha em entrar em cursos como o de Música, do Instituto de Artes. Foi pensando nessa dificuldade de acesso que, desde 2010, o Instituto oferece o Curso de Extensão em Música para Alunos de Escolas Públicas (Cemep), que este ano oferece aulas de violão, flauta, canto e teoria.

“É um projeto estratégico que tem uma preocupação social importante”, comenta a coordenadora, professora Luciana Prass. Segundo ela, o curso de Música estava em dívida com o sistema de cotas implantado em 2007 na Universidade. “A prova específica acabava eliminando a maioria dos candidatos da classe popular, com raras exceções – com destaque para os alunos da escola Villa Lobos, da Vila Mapa, em Porto Alegre, que há muitos anos mantêm um projeto especial de educação musical”, informa a coordenadora. O curso de extensão também conta com

a colaboração das professoras Marília Stein (coordenadora adjunta), Caroline Abreu (canto) e Jusamara Souza (consultora).

Apesar de o projeto estar em seu terceiro ano, Luciana reconhece que ainda não aprovaram seus alunos na prova específica do vestibular. Mas isso ocorre, na avaliação da musicista, porque o ensino de música é um processo lento, que geralmente começa ainda na infância, e para o qual são necessárias condições que favoreçam o seu desenvolvimento, como a orientação e mesmo a posse do instrumento musical desejado. “São muito autodidatas”, explica a professora, ressaltando que, se por um lado é boa a iniciativa de aprender sozinho, porque desenvolvem a sensibilidade e o ouvido, por outro, “esses alunos chegam com muitas questões técnicas que dificultam as coisas que eles poderiam fazer com maior facilidade”, avalia.

Mas a maior preocupação dos organizadores do Cemep é que o candidato à graduação em Música aprenda a ler e a escrever música para participar do processo seletivo: “Eles precisam dessa alfabetização musical”, reforça Luciana. Ela acredita, entretanto, que esse desconhecimento tende a ser minimizado futuramente quando a recente obrigatoriedade da inclusão da disciplina de música no ensino fundamental e no ensino médio começar a impactar positivamente na aprendizagem.

A prova específica de pré-seleção do curso de Música consiste em duas partes. Na primeira, o candidato deve tocar um instrumento cujo repertório é divulgado previamente em julho e que poderá ser erudito ou popular. O aluno também precisará fazer uma leitura da música. Nessa etapa, são avaliados aspectos como a fluência, que envolve observar se o candidato mantém o pulso (no caso de instrumentos como o violão), se toca com sonoridade, etc. A segunda prova é de teoria musical, na qual o candidato precisa escrever a

música que o professor tocou para ele ou que ouviu a partir de um aparelho de som.

**Na aula** – Para a seleção de 2012 do Cemep participaram 100 candidatos para as 30 vagas existentes. No total, somados aos rematriculados, o curso tem 80 alunos distribuídos em 20 turmas. O curso é destinado a estudantes de escolas públicas de ensino fundamental e médio, incluindo alunos do EJA. A idade mínima exigida é de dez anos de idade, independentemente da série em que o aluno esteja matriculado. Luciana destaca ainda que o candidato precisa ser alguém que goste de música e que cogite fazer o curso de graduação futuramente. Cada edição tem a duração de um ano, mas o aluno pode matricular-se para o ano seguinte e continuar estudando em níveis avançados.

## O ensino de música é um processo lento que precisa de condições que o favoreçam

As aulas são aos sábados, das 8h30min às 12h30min, para dar oportunidade a estudantes dos diferentes turnos em seus estudos regulares. Cada aluno faz duas horas de aula, que pode ser de canto, violão, flauta doce ou de teoria musical. Neste ano está programada uma novidade no currículo, que é a disciplina de Prática Musical Coletiva, destinada às crianças de 10 a 13 anos. Segundo Luciana, essa disciplina foi criada para substituir as aulas de teoria: “Não faz ainda muito sentido para essa

faixa etária coisas muito específicas sobre teoria musical ou análise”, esclarece. Por isso a nova disciplina será bem lúdica: os alunos encontrarão na sala de aula tambores, xilofones e violões, a partir dos quais será proposta uma aula de musicalização na qual eles poderão tocar diferentes instrumentos e cantar fazendo várias vozes.

Não há praticamente custo para fazer o curso, apenas uma taxa simbólica de R\$15, mas, como a grande maioria tem bolsa, não chega a pagar R\$10. As aulas acontecem em diferentes salas do IA, e as apresentações de final de semestre são realizadas no Auditorium Tasso Correa. Também não há reprovação nem prova com notas; a avaliação é feita a partir do desempenho individual e das preferências musicais de cada aluno.

O principal desafio, segundo Luciana, é manter os alunos interessados ao longo do curso. Por isso, ela recomenda aos professores-bolsistas que façam de tudo para manter suas turmas motivadas. Na opinião da coordenadora, quando um aluno desiste de um curso, seja ele adulto ou criança, o professor tem sua parcela de responsabilidade nessa decisão. Algumas bolsas são da Pró-reitoria de Extensão (Prorext) e outras são pagas com bolsas de outros projetos.

**Motivados** – Desde os 15 anos, Josué Santos Farias estuda violão, que aprendeu a gostar com o pai durante os ensaios da banda da qual ele fazia parte. Aluno do quinto semestre do Instituto de Artes, Josué é um dos seis bolsistas que ministram as aulas do Curso de Extensão em Música para Alunos de Escolas Públicas (Cemep). Professor de violão desde o primeiro ano do curso, ele considera que o principal desafio é ensinar partitura. “Adolescente não gosta muito dessas coisas”, justifica.

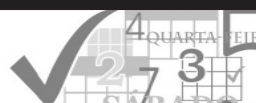
Se para Josué não foi tão difícil passar pela pré-seleção do curso de música da UFRGS, pois já dava aula de violão

mesmo antes de ingressar na faculdade, ele considera que o Cemep é uma oportunidade importante para aqueles que não têm uma experiência musical mais consistente e querem fazer vestibular para a área. Ainda que existam opções economicamente acessíveis, e mesmo gratuitas, de aulas de instrumentos musicais, não há teoria nessas oficinas. O aspecto financeiro, entretanto, também ronda alguns alunos do Cemep: “Tem uns que não têm dinheiro para o ônibus”, destaca.

Para o bolsista, a experiência no Cemep está sendo positivamente diferente em comparação com os seus oito anos como professor de violão. E a novidade está no fato de as aulas serem em grupos, nos quais os alunos sentem-se mais motivados, além de uns aprenderem com os outros. Josué ilustra com o exemplo de uma dupla de estudantes que se formou desde a primeira edição do curso. Segundo o aluno-professor, Thiago e Raquel estão sempre tocando juntos, tirando músicas e trocando “figurinhas” pela internet, preferencialmente pérolas do rock antigo. “Preciso pedir pra que eles parem de tocar porque a aula já acabou, e eles continuam.”

Antes de começar a estudar no Cemep, Thiago fez algumas tentativas com aulas particulares. Mas, além do custo alto, os professores eram negligentes porque não compareciam no horário e local marcados, o que contribuiu para que desistisse das aulas particulares e continuasse a estudar sozinho, até que sua mãe leu sobre o Cemep no jornal. Agora com 17 anos e tendo concluído o ensino médio no ano passado, Thiago vai tentar o próximo vestibular para o curso de Música da UFRGS. Ele acha que está preparado para a prova de pré-seleção prática porque confia no aprendizado tanto da prática instrumental quanto da teoria: “Quando entrei não tinha noção alguma de teoria e partitura”, reforça.





## DESTAQUE



# Palco para a música erudita

**Recitais** Projeto Interlúdio recebe propostas de alunos da Universidade para apresentações

O Departamento de Música do Instituto de Artes (Demus) e o Departamento de Difusão Cultural (DDC) da Pró-Reitoria de Extensão da UFRGS estão lançando mais uma edição do projeto Interlúdio. A ideia é aproximar e desenvolver o senso crítico e estético em música da comunidade acadêmica por meio de recitais mensais gratuitos, realizados às 12h30min nas salas João Fahrion e no Salão de Atos do Câmpus Central. O projeto de extensão lançado em 2010 também tem o objetivo de difundir a produção artística dos estudantes do Demus, permitindo que eles vivenciem as etapas da produção artística por meio da preparação de programas musicais, da realização de ensaios, da confecção de materiais de divulgação e do contato com o público.

Leonardo Winter, coordenador do projeto, conta que, diferentemente do Unicâmar, que ocorria nos anos 80, o Interlúdio tem um duplo objetivo, revitalizando esses espaços culturais do Câmpus Central e permitindo uma aproximação com a produção artística dos alunos da UFRGS. “A gente sempre teve uma boa média de público, com a participação de integrantes do meio acadêmico e também de pessoas da comunidade. É também uma oportunidade de os servido-

res aproveitarem o intervalo do meio-dia. Os recitais são comentados pelos próprios músicos, que fazem uma breve fala para o público.” Os grupos que já participaram são heterogêneos, incluindo saxofones, conjuntos de cordas. Os alunos veem esta oportunidade de se aprimorar e mostrar seu trabalho com bastante entusiasmo. Fico muito feliz de ver que há retorno e que as pessoas que participaram nos apoiam para dar continuidade ao projeto. Vejo isso como o primeiro passo para tentarmos retomar propostas com o Unicâmar.

Podem se candidatar alunos ou grupos de alunos da Universidade, sendo que na apresentação da proposta de recital deverão ser entregues os seguintes documentos: fotocópia do comprovante de matrícula 2012 UFRGS do aluno responsável; nome, endereço, telefone, e-mail para contato e data pretendida; gravação musical do intérprete ou conjunto musical em CD ou DVD (com pelo menos 5 minutos de música executada pelo intérprete e/ou grupo de câmara); currículo individual e/ou do grupo de câmara (máximo de 10 linhas); proposta musical a ser executada no recital (obras e formação instrumental) com duração entre 45 e 60 minutos.

As propostas serão examinadas quanto à qualidade

musical, ao mérito e à viabilidade por comissão artística constituída por professores de música, cujas decisões serão soberanas. Aos selecionados será concedida uma bolsa-auxílio no valor de R\$ 500 (quinhentos reais) por aluno de graduação da UFRGS inscrito, com limite de cinco bolsas por evento. O prazo para encaminhamento de propostas vai até 20 de abril, e mais informações podem ser obtidas no Departamento de Difusão Cultural da UFRGS (Av. Paulo Gama, 110 - mezanino do Salão de Atos), pelos telefones 3308-3034 e 3308-3933 ou pelo site [www.difusaoacultural.ufrgs.br](http://www.difusaoacultural.ufrgs.br).

## Calendário dos recitais

27 de abril – Sala João Fahrion (sem piano)

25 de maio – Sala João Fahrion (sem piano)

29 de junho – Salão de Atos da UFRGS (com piano)

20 de julho – Salão de Atos da UFRGS (com piano)

31 de agosto – Sala João Fahrion (sem piano)

28 de setembro – Salão de Atos da UFRGS (com piano)

26 de outubro – Sala João Fahrion (sem piano)

30 de novembro – Salão de Atos da UFRGS (com piano)

## TEATRO



## Teatro, Pesquisa e Extensão

Criado em 2003 a fim de mostrar as produções artísticas dos alunos do curso de

Graduação em Teatro, o TPE firmou-se como um importante laboratório para o desenvolvimento e exploração de habilidades encenação, produção e divulgação cultural. O projeto destaca uma peça a cada mês, sempre com entrada franca.

### ENSAIO SOBRE A REPETIÇÃO

Por meio de pequenas histórias que abordam nossos padrões de aprendizado e comportamento, o grupo Barraquatro criou um espetáculo em que duas atrizes transitam

pelos variáveis da repetição, partindo de uma dramaturgia construída com histórias pessoais e fragmentos dos textos de Sarah Kane, Gabriel García Márquez e Fernando Pessoa. A peça teve origem na disciplina de Estágio de Atuação II, sob a orientação da professora Patrícia Fagundes. No elenco, Carolina Pommer e Sofia Vilasboas. A direção é de Júlia Rodrigues. Duração: 50 min. Sessões: 4, 11, 18 e 25 de abril (quarta-feiras). Local e horário: Sala Alzira Azevedo, às 12h30min e às 19h30min

## ESPECIAL

## Núcleo da Canção

Tendo como perspectiva a publicação de um livro de conversas sobre a canção brasileira, o Núcleo da Canção reúne o cancionista e teórico da canção Luiz Tatit e o professor e escritor Luís Augusto Fischer. O encontro marca o início das atividades de 2012. A primeira sessão de conversas gravadas será aberta ao público e integra a 5.ª edição da FestiPoaLiterária. Data: 26 de abril. Local e horário: Sala II do Salão de Atos. 19h. Inscrições no site [www.difusaoacultural.ufrgs.br](http://www.difusaoacultural.ufrgs.br).

## MÚSICA

## Vale Doze e Trinta

Espaço de experimentação para os novos grupos musicais. Alunos e servidores da UFRGS que quiserem apresentar-se devem enviar proposta até 10 de abril. As inscrições são gratuitas e estão abertas a todos os gêneros e formações musicais. O edital completo está no site [www.difusaoacultural.ufrgs.br](http://www.difusaoacultural.ufrgs.br).

### PATA DE ELEFANTE

A banda porto-alegrense comemora 10 anos de atividade, abrindo a nova temporada do Vale Doze e Trinta. Formado por Daniel Mossman (guitarra e baixo), Gabriel Guedes (guitarra e baixo) e Gustavo Telles (bateria), o grupo é referência em rock instrumental e é reconhecido como um dos melhores do gênero no país.

Data: 10 de abril, às 12h30min  
Local e horário: Praça Central do Câmpus do Vale, às 12h30min  
Entrada franca. Em caso de chuva, o show será transferido para o dia 11 de abril, no mesmo horário.

### Maré de Arte

Lançamento do projeto UFRGS no Litoral.

### LIA DE ITAMARACÁ

Show com a cirandeira que é referência da cultura popular pernambucana.  
Datas: 13 e 14 de abril  
Locais e horários: dia 13, no Centro de Eventos de Tramandaí, às 15h; dia 14, no Salão de Atos da UFRGS, às 18h30min  
Entrada franca

## EXPOSIÇÃO



## Percurso do Artista

Flávio Roberto Gonçalves é o homenageado da terceira edição do projeto Percurso do Artista. O projeto é uma iniciativa da Pró-Reitoria de Extensão da UFRGS, por meio do Depar-

tamento de Difusão Cultural, e consiste na realização de exposições de arte de professores e artistas da Universidade. Professor no Instituto de Artes da UFRGS, Flávio possui doutorado em Artes Plásticas pela Universidade de Paris, Pantheon-Sorbonne, e mestrado e graduação em Artes Plásticas, ambos pela UFRGS. Foi vencedor do Prêmio Açorianos de Artes Plásticas como artista destaque do ano de 2009 e pela melhor exposição em desenho. Para ele, “o desenho é um desejo de organização do mundo”.

Visitação: 23 de abril a 3 de agosto

Local e horário: Sala Fahrion, das 9h às 18h  
Encontro com o artista: segunda quinzena de abril na Sala Fahrion  
Entrada franca

## CINEMA

## Mostra Michelangelo Antonioni

A Sala Redenção - Cinema Universitário exibe uma programação dedicada ao cineasta italiano Michelangelo Antonioni (1912-2007). As sessões têm entrada franca.

CRIMES D'ALMA (*Cronaca di un amore*, Itália, 1950, 98 min)  
Jovem e bela mulher recém-casada tem seu passado investigado pelo marido, um rico empresário.  
Sessões: 2 de abril, 16h; 12 de abril, 16h



AS AMIGAS (*Le amiche*, Itália, 1955, 104 min)  
Mulher deixa Roma para abrir um novo *saloon* em sua terra natal. Em sua primeira noite, socorre a vizinha da porta ao lado que havia ingerido uma overdose de pílulas.  
Sessões: 2 de abril, 19h; 3 de abril, 16h

O GRITO (*Il grido*, Itália, 1957, 116 min)  
Após sofrer desilusão amorosa com uma mulher casada, operário inicia uma jornada existencial pelas estradas da Itália.  
Sessões: 3 de abril, 19h; 5 de abril, 16h; 20 de abril, 19h

A AVENTURA (*L'avventura*, Itália, 1960, 143 min)  
Um grupo de ricos italianos viaja de iate para uma ilha deserta no Mediterrâneo. Quando uma passageira se perde, seu namorado e uma amiga saem à sua procura.  
Sessões: 5 de abril, 19h; 6 de abril, 16h; 20 de abril, 16h

A NOITE (*La notte*, Itália, 1961, 122 min)  
Após dez anos de casamento, Lúcia e Giovanni passam uma noite de angústia em busca de respostas para o tédio que se abateu sobre seu relacionamento.  
Sessões: 6 de abril, 19h; 9 de abril, 16h; 19 de abril, 19h

### O ECLIPSE

(*L'eclisse*, Itália, 1962, 125 min)  
Logo após terminar com o namorado, mulher conhece um jovem operador da bolsa de valores. Apaixonados, eles iniciam um conturbado romance pelas ruas de Roma.  
Sessões: 9 de abril, 19h; 10 de abril, 16h

O DESERTO VERMELHO (*Il deserto rosso*, Itália, 1964, 113 min)  
Chuva, neblina, frio e poluição assolam a cidade industrial de Ravenna na Itália. A esposa do gerente de uma usina local conhece um engenheiro que pode mudar sua vida.  
Sessões: 10 de abril, 19h; 11 de abril, 16h; 19 de abril, 16h

BLOW UP – DEPOIS DAQUELE BEIJO (*Blow up*, Itália, 1966, 112 min)  
O fotógrafo profissional Thomas não viu nada – e viu tudo. Ampliações de fotos que ele tirou secretamente de um casal no parque revelam um assassinato em progresso. Revelam mesmo?  
Sessões: 12 de abril, 19h; 13 de abril, 16h

ZABRISKIE POINT (*Zabriskie point*, EUA, 1970, 110 min)  
Um retrato da América do Norte nos anos 60 na perspectiva de dois jovens: um estudante que ajuda a construir uma cidade no deserto de Los Angeles, e outro, que é suspeito de ter assassinado um policial.  
Sessões: 13 de abril, 19h; 16 de abril, 16h

PROFISSÃO REPORTER (*Professione: reporter*, Itália, 1975, 126 min)  
Quando um colega morre repentinamente, jornalista assume sua identidade. Utilizando a agenda do morto como guia, ele viaja pela Europa e África, fazendo reuniões com perigosos negociantes de armas.  
Sessões: 16 de abril, 19h; 17 de abril, 16h

IDENTIFICAÇÃO DE UMA MULHER (*Identificazione di una donna*, Itália, 1982, 128 min)  
Abandonado pela esposa, cineasta planeja fazer um filme sobre as relações amorosas femininas e sai em busca da atriz ideal para interpretar a protagonista.  
Sessões: 17 de abril, 19h; 18 de abril, 16h

## Mostra Carlos Saura

Em parceria com o SESC, a Sala Redenção apresenta uma mostra de quatro filmes do diretor espanhol dedicados à dança e à música que fazem parte do acervo do CineSesc. Sessões com entrada franca.

BODAS DE SANGUE (*Bodas de sangre*, Espanha, 1981, 68 min)  
Casal apaixonado é impedido por suas famílias de ficar juntos. O reencontro acontece justamente no dia do casamento da jovem com outro homem.  
Sessões: 23 de abril, 16h; 26 de abril, 16h; 25 de abril, 19h

CARMEN (*Carmen*, Espanha, 1983, 97 min)  
Coreógrafo procura dançarina para o papel-título de espetáculo baseado na ópera Carmen, de Bizet.  
Sessões: 23 de abril, 19h; 24 de abril, 16h

AMOR BRUXO (*El amor brujo*, Espanha, 1986, 89 min)  
Candela e José foram prometidos por seus pais em casamento desde crianças. Mas, durante a festa de casamento, ele morre apunhalado numa briga.  
Sessões: 24 de abril, 19h; 25 de abril, 16h; 30 de abril, 19h

TANGO (*Tango*, Espanha, 1998, 115 min)  
Autor teatral famoso enfrenta uma séria crise ao ser abandonado pela esposa e se refugia nos ensaios de um espetáculo sobre o tango.  
Sessões: 26 de abril, 19h; 27 de abril, 16h

FADOS (*Fados*, Espanha, 2007, 89 min)  
Uma apresentação do gênero musical mais emblemático da alma portuguesa, o fado, por meio de canções e imagens de Lisboa.  
Sessões: 27 de abril, 19h; 30 de abril, 16h

## CineDHebate Cineastas

O projeto exibirá mensalmente um filme do emblemático diretor norte-americano Frank Capra. Sessões com entrada franca.

O GALANTE MR. DEEDS (*Mr. Deeds goes to town*, EUA, 1936, 115 min), de

Frank Capra Homem herda uma fortuna imensa e passa a lidar com pessoas que só pensam em se aproveitar de sua humildade. Sessão: 4 de abril, 16h

## CineDHebate em Direitos Humanos

GIORDANO BRUNO (Itália, 1973, 115 min), de Giuliano Montaldo Em 1600, Giordano Bruno foi condenado à fogueira por heresia. O filósofo morreu como símbolo de um tempo de mudança. Sessão: 11 de abril, 19h



## História da Arte e Cinema: Heterotopias

MILIONÁRIA POR ACASO (*Who the f—k is Jackson Pollock?*, EUA, 2006, 73 min), de Harry Moses Caminhoneira que adquiriu quadro por uma pechincha descobre que a obra poderia ser de Jackson Pollock. A partir de então, ela percorre os meandros que regem a valorização e a certificação no mundo da arte. Debatedores: Bianca Knaak e Luís Edgar Costa, professores do Instituto de Artes da UFRGS Sessão: 18 de abril, 19h

## ONDE?

► Sala Alzira Azevedo Av. Salgado Filho, 340 Fone: 3308-4318

► Sala Fahrion Paulo Gama, 110 – 2.º andar Fone: 3308-3034

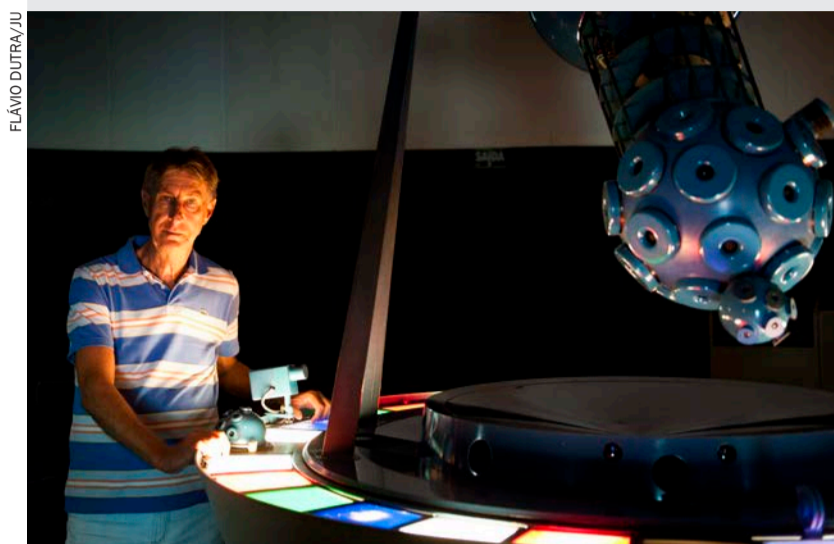
► Sala Redenção Luiz Englert, s/n.º Fone: 3308-3933

► Salão de Atos Paulo Gama, 110 Fone: 3308-3066

► Praça Central do Câmpus do Vale Av. Bento Gonçalves, 9.500 Fone: 3308-3034



## Meu Lugar na UFRGS



## Consertando estrelas

A história de Ary Nienow no Planetário Professor José Baptista Pereira tem início em agosto de 1972, três meses antes da inauguração oficial daquele espaço. Hoje, quase quarenta anos depois, ele é o responsável pela manutenção do projetor, mas sua trajetória teve um começo diferente. Quando ainda era estudante de Física na UFRGS, Ary e um colega souberam da procura por bolsistas que falassem alemão para trabalhar no local. Os dois não tinham ideia do que era o lugar, mas, sendo ambos de origem alemã – e falando, como definiu Ary, “o alemão da colônia” –, resolveram se candidatar. “A gente deu um peitaco. Ninguém sabia o que era o Planetário, nunca tínhamos ouvido falar”, revela.

Sentado no ambiente de exposições, a enrolar e desenrolar o fio que prendia o microfone de lapela à câmera das meninas da UFRGS TV, Ary falou por cerca de vinte minutos sobre o caminho percorrido desde a primeira vez em que esteve no Planetário, com apenas 22 anos, até hoje.

Depois de selecionados, ele e o colega passaram a trabalhar como tradutores dos técnicos alemães que faziam a montagem dos aparelhos. E o que começou como uma bolsa hoje responde por quatro décadas dedicadas ao Planetário. “Nós nos enturmamos com o pessoal, gostamos do serviço, continuamos como bolsistas depois da inauguração e, mais tarde, por meio de concurso, fomos efetivados. Meu colega já se aposentou, mas eu fiquei”, relata. “Nosso serviço era a parte eletrônica e mecânica de manutenção dos aparelhos. E é o que eu continuo fazendo até hoje”, explica.

Dessa época, ele guarda um episódio engraçado. “Eles [os técnicos] fumavam uns cigarrinhos que traziam da Alemanha, e um dia um dos alemães chegou para mim e pediu uma ‘máquina de fogo’. Eu pensei, bom, ele quer um fogareiro, um rabo quente para esquentar alguma coisa, e eu trouxe pra ele um rabo quente. Então ele mostrou o cigarro: o que ele queria era um fósforo ou um isqueiro pra acender o cigarro”, relembra. “Mas no fim fomos nos entendendo e deu tudo certo”, completa sorridente.

Técnico em eletroeletrônica na UFRGS, Ary Nienow cuida do funcionamento do Spacemaster, modelo do projetor utilizado no Planetário, fabricado pela empresa alemã Carl Zeiss e doado à Universidade no início dos anos 1970 pelo então Ministério da Educação e Cultura. Aos 61 anos, ele já poderia ter se aposentado, mas gosta tanto do trabalho que resolveu continuar na função. Perguntado sobre os motivos que o levaram à decisão de permanecer trabalhando, ele responde que o gosto vem do fato de se sentir bem naquele lugar. “Eu

me identifiquei. O Planetário, para mim, é minha segunda casa. Hoje eu tenho família, sou casado, mas antes eu passava mais tempo aqui do que em casa, propriamente”, afirma.

Para ele, o melhor de sua profissão é o fato de permiti-lo fazer uma das coisas de que mais gosta: consertar. “Qualquer coisa que aparece na minha frente, eu procuro consertar. E aqui sempre há algo novo, é um desafio. Como o projetor tem muitas peças, com engrenagens muito precisas – trata-se de um aparelho muito sensível, muito minucioso –, cada vez que estraga alguma coisa é um desafio novo pra mim, e eu gosto muito disso”, esclarece.

Anos depois de ter começado a consertar as coisas no Planetário, Ary tornou-se um dos únicos técnicos especializados em projetores Spacemaster no Brasil, sendo requisitado para trabalhar em todos os planetários que ainda fazem uso dessa tecnologia. Ele explica, entretanto, que atualmente não são todos que utilizam modelos como o Spacemaster, que é um sistema óptico. “Os planetários no Brasil estão cada vez mais passando a usar aparelhos digitais, diferentes do nosso, porque o custo é mais baixo”, alega. Os projetores digitais, entre outras inovações, ampliam a perspectiva na hora de visualizar os astros, permitindo que sejam observados de diferentes pontos de vista. Em outras palavras, nos planetários que utilizam um sistema digital, os espectadores podem ver as estrelas a partir de um ponto de referência específico, como o Sol, Marte ou outros planetas. A qualidade das imagens, no entanto, é inferior. E Ary garante: “Enquanto houver planetários como o nosso, eu continuo na ativa e não vou parar”.

Após a entrevista, sob a cúpula de 12m de diâmetro do Planetário da UFRGS, ele mostra o Spacemaster em funcionamento, projetando pequenas imagens no teto branco levemente iluminado. Atrás de um balcão cheio de aparelhos e botões, ele fala das lentes do projetor, importadas diretamente da Alemanha. “São pelo menos duas por ano. E são caras”, comenta. Em 2012, Ary Nienow e o Planetário completarão juntos quarenta anos de atividade, que Ary resume em duas frases: “Eu me sinto importante aqui. O Planetário é meu lugar na UFRGS”.

**Priscila Kichler Pacheco, estudante do 5.º semestre de Jornalismo da Fabico**

Esta coluna resulta de uma parceria entre o JU e a UFRGS TV. Os programas com as entrevistas aqui publicadas serão exibidos ao longo da programação do Canal 15 da NET diariamente, às 20h e às 23h.

## Perfil

# Entre o jaleco e a câmera

**Roberto Giugliani**  
*As escolhas e as histórias do geneticista que gosta de fotografar*

Metade italiano, metade libanês. Filho de uma professora de História e de um engenheiro agrônomo que também foi dirigente de futebol. Geneticista quase fotógrafo. Trata-se de Roberto Giugliani, 59 anos, o porto-alegrense que vai aos jogos do Internacional e também aos do Grêmio. “Sim, dos dois. Assisto pela TV e ainda acompanho meu filho, que é colorado fanático”, conta o torcedor do antigo Esporte Clube Cruzeiro, de Porto Alegre. “Fui criado antes de o clube fechar por um tempo. Na época, meu pai era dirigente. Agora que o Cruzeiro renasceu, não me motiva mais tanto, já passou”, completa.

Formado em Medicina pela UFRGS, ele revela que a escolha do curso foi uma decisão difícil: “Desde o segundo grau, eu me apaixonei pela Genética, fiquei balançado entre Biologia e Medicina. Acabei influenciado pelo meu pai e optei pela Medicina. Fiz o vestibular, passei e entrei na faculdade em 1971”. Mas foi só a partir do segundo ano que Giugliani teve certeza de que havia tomado a decisão certa. “Eu estava desanimado com a escolha. Só fui realmente me motivar com o curso no segundo ano. Quando cursei Bioquímica e Genética, achei um sentido para o que eu estava fazendo.”

Assim começou a trajetória do médico geneticista que, depois das já citadas disciplinas, passou a atuar como bolsista de iniciação científica e nunca mais deixou a área. “Consegui ali uma atividade de que eu gostava, que unia Bioquímica, Genética e Medicina”, resume. Hoje, quarenta anos depois, Giugliani é um profissional premiado e reconhecido nacional e internacionalmente, além de fundador do Serviço de Genética Médica do Hospital de Clínicas de Porto Alegre.

Pioneiro em uma série de atividades ao longo da carreira – aos 37 anos, Giugliani tornou-se o mais jovem professor titular da UFRGS –, foi ele o responsável pela idealização e organização do I Salão de Iniciação Científica da Universidade, em 1989. Com base em sua própria experiência,

o professor sabia que boa parte das atividades de iniciação científica não chegava até as publicações da área. Ele acreditava que os alunos precisavam de um espaço em que pudessem aparecer e mostrar seu trabalho, e assim foi criado o I SIC. “Foi umas das coisas mais interessantes e enriquecedoras que eu tive a oportunidade de fazer.”

**Duas paixões** – Giugliani foi o primeiro residente de Genética Médica do Brasil, na Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (São Paulo). Quando voltou a Porto Alegre, estava disposto a reproduzir aqui o modelo que havia conhecido: “A genética não era mais só pesquisa, só laboratório ou só estudos em vegetais e em animais – já era tempo de tê-la dentro do hospital universitário”. Depois de um ano de tentativas, em 1982 foi consentida a criação de uma unidade de genética dentro de um dos laboratórios do Hospital. “E o que começou com uma pessoa hoje conta com quase 150 profissionais e é um centro de referência para toda a América Latina”, orgulha-se.

Mas a genética não é sua única paixão. Por pouco o jaleco branco não

rece a reuniões com colaboradores do Serviço de Genética, discute casos de pacientes, além de ministrar aulas na graduação e pós-graduação em Medicina. “Outra atividade que me toma bastante tempo são as viagens. Faço em torno de duas por mês, para congressos e comissões internacionais que exigem a minha presença”, explica. Mas é justamente nessas viagens que ele costuma dedicar tempo à segunda de suas paixões, a fotografia: “Não costumo fotografar quando estou em Porto Alegre, mas gosto de fazê-lo quando viajo. Levo a máquina junto, fotografo, depois edito. Sempre saem algumas imagens interessantes”.

**Viagens, família e satisfação** – Conhecer lugares diferentes é um dos prazeres do professor: “Sempre que recebo um convite para ir a algum lugar que ainda não conheça, eu procuro atender, porque tenho essa vontade de experimentar coisas novas”, diz. Ele conta que seus destinos favoritos são Inglaterra, França, Portugal e Itália, e ri ao lembrar-se da primeira experiência no País da Bota: “Me senti em casa, porque sou de origem italiana. A sensação era de estar chegando na casa da minha avó: as pessoas gritando, aquela coisa informal”.

Dividido entre as viagens e a vida em Porto Alegre, Giugliani tenta conciliar a rotina de trabalho com o convívio familiar. “Quando estou aqui, procuro dar toda a atenção necessária, ser um bom pai, um bom companheiro. E, quando viajo, tento levá-los junto, para que a gente possa compartilhar desses momentos. Mas confesso que é difícil, com tanta atividade”. E assim, entre viagens, fotografia, família e trabalho, o geneticista define-se como alguém persistente e apaixonado pelo que faz. “Eu tento ir aonde meu sentimento me conduz. E nunca desisto. Traço um plano e sigo nessa trajetória até conseguir”, afirma. Mas o médico julga que sua principal qualidade é a capacidade de unir pessoas – e para ele o mais importante é trabalhar investindo nelas: “Me orgulho do grupo de colaboradores que tenho, que foram se vinculando aos meus projetos ao longo do tempo e permaneceram, em sua maioria, com dedicação e lealdade. Acredito que o que vai ficar do meu trabalho é isso: o grupo de pessoas que, de alguma maneira, eu influenciei e formei ao longo da vida”.

**Priscila Kichler Pacheco, estudante do 5.º semestre de Jornalismo da Fabico**

“O que vai ficar do meu trabalho é o grupo de pessoas que eu influenciei”

cedeu lugar a uma câmera fotográfica na vida profissional de Roberto Giugliani – e o homem que fundou o Serviço de Genética Médica do HCPA hoje seria outro. “Eu comeci a me interessar por aquela mágica de bater uma foto e depois ir para o laboratório”, relembra. Como com a Genética, o amor pela fotografia iniciou-se quando o médico ainda cursava o Ensino Médio. E ela foi quase sua atividade profissional: “Por um momento, chegou a ser uma opção de rumo, mas hoje é um hobby que me acompanha, me distrai e que continua sendo uma paixão. Felizmente, consegui encontrar um lugar na minha vida para ela”.

Esse lugar fica entre os afazeres de uma rotina agitada: “Meu dia começa cedo, termina tarde e é muito dinâmico e variado”, resume. Depois de deixar a filha de seis anos na escola (do primeiro casamento, ele tem três filhos já adultos), Giugliani segue para o Hospital de Clínicas, onde compa-



### Você tem o seu lugar na UFRGS?

Então escreva para [jornal@ufrgs.br](mailto:jornal@ufrgs.br) e conte sua história – ou a de alguém que você conheça – com esse local





I



II



III



IV



V



VI



VII



VIII



IX



X



XI



XII



XIII



XIV

Em uma sexta-feira, Cristo foi conduzido a Pôncio Pilatos, governador da Judeia. Lavando as mãos, o soberano eximiu-se da culpa de condená-lo à crucificação, conforme incitava o povo e a hierarquia judaica. Tudo porque as pregações do homem santo contrariavam os interesses dos romanos. Na sequência, os soldados do governador trançam uma coroa de espinhos e a colocam sobre a cabeça do condenado. Para lhe intensificar a pena, colocam sobre seus ombros a cruz na qual seria pregado quando chegasse ao calvário. Começa, então, a chamada Paixão de Cristo ou Via Sacra, resumindo os últimos passos da vida do homem de Nazaré.

Cada momento do trajeto da agonia de Jesus é tema das mais diversas representações pictóricas, quer no interior de igrejas, em lugares santos ou em publicações no mundo inteiro. Mas pode ainda estar presente em espaços menos sacros, mas que compartilham do mesmo sentimento de injustiça e sacrifício impenetrado sobre seres humanos humildes. Quem visita o Hospital Colônia de Itapua, a 58 km da capital, onde foram compulsoriamente internados pacientes de hanseníase (antiga lepra) entre as décadas de 40 e 80, encontra uma representação da Via Sacra pintada em azulejos, nas quais a face de Jesus é acompanhada por uma legenda que resume cada uma das 14 fases da caminhada. O diagnóstico de lepra traduz-se também em certa condenação social numa época em que os órgãos de saúde desconheciam a cura para a doença.

# via, crucis

FOTOS FLÁVIO DUTRA TEXTO JACIRA CABRAL DA SILVEIRA